

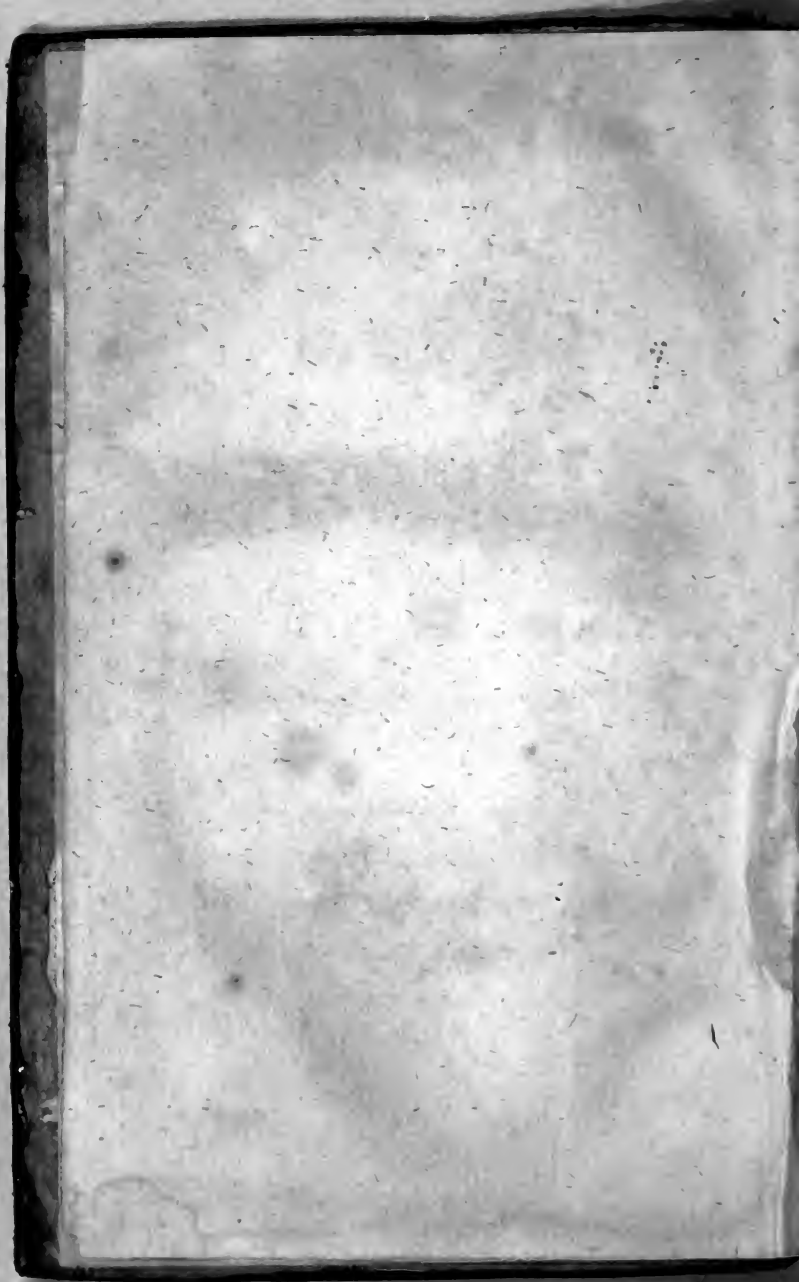


28/5/76

Under the name of the company
on the 10th of the month of 1891



John Carter Brown
Library
Brown University



DISCURSO
POLITICO
SOBRE
O
FURO DO DINHEIRO.

J. M. da Boa morte Costa e Silva

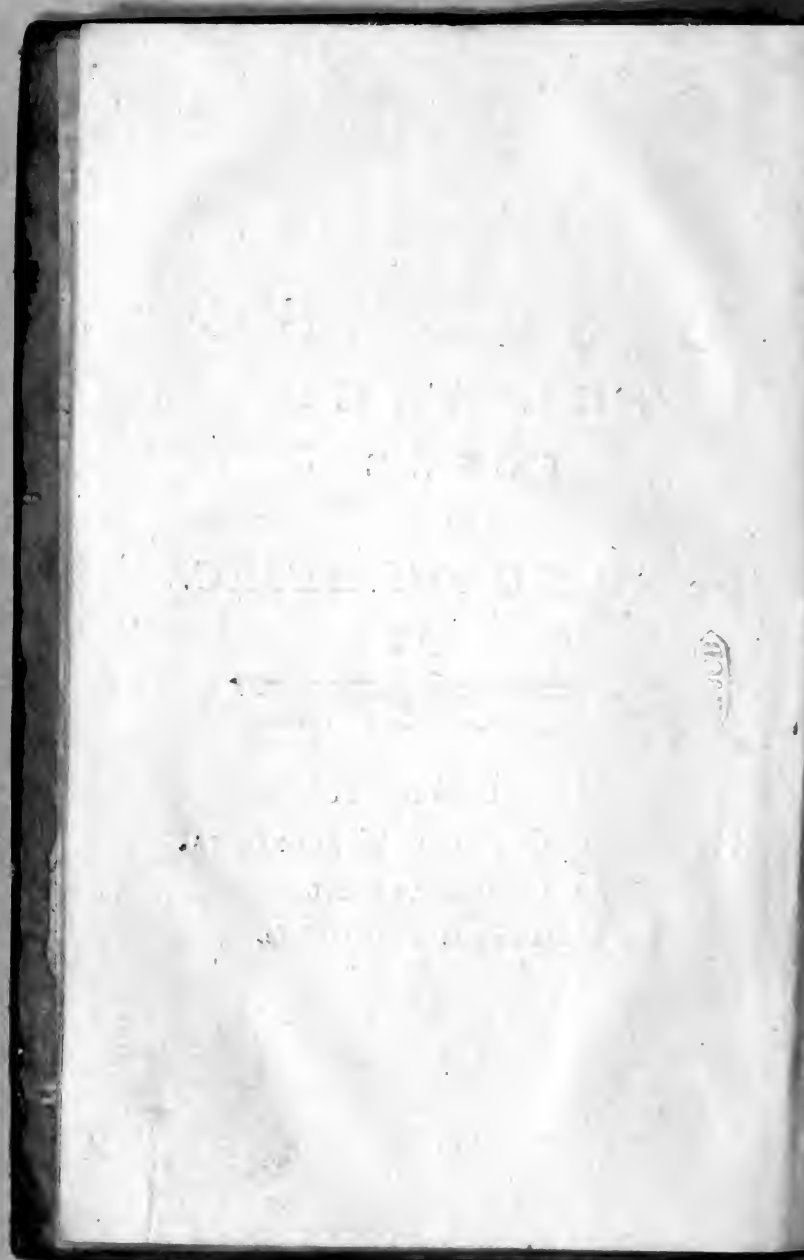
LISBOA

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO M. DCC. LXXXVI.

Com licença da Real Meza Censoria.

1786



PROLOGO,

EM QUE SE EXPÕE O MOTIVO
DESTE DISCURSO.

O AVANÇO do dinheiro emprestado por negocio , em quanto se restringe no limite da Lei , he chamado *Juro* , como cousa licita , e devida ; assim como a palavra *Usura* representa esse mesmo avanço , quando elle he excessivo , ou incompetente , e por tanto illicito , e usurpado. Esta he na pratica a commua intelligencia daquelles dous nomes ; mas na theoria tão longe está o juro do dinheiro de ser tido geralmente por licito , que na opinião da maior parte dos homens de letras , elle he reputado por injusto , e peccaminoso , conforme as Leis Divinas , e Humanas , e sómente permittido pelo Governo Civil , em razão da necessidade do commercio ; assim como

outras cousas de si illicitas , são toleradas para evitar maiores inconvenientes.

Deſta tão oppoſta intelligencia a reſpeito de hum meſmo objecto , conſiderado theorica , ou praticamente , reſultão a confuſa deſconfiança do juro do dinheiro ; e a continuada equivocação que ha deſſe juro com a uſura , nas deciſões , e conſelhos dos Moralistas ; na adminiſtração da Juſtiça pelos Magiſtrados ; na legislação dos Sobe- ranos ; e geralmente no Governo Economico dos Eſtados Catholicos. A grande importancia deſta materia a faz digna da particular attenção daquellas peſſoas , que , por huma competente inſtrução , e pelo ſeu appropriado exercicio , ſão capazes de nella votar com authoridade , e acerto , para aſſim ſe poder vir a formar geralmente o conceito claro , e determinado que agora não ha , e ſe evitarem as continuadas equivocações que deſſa falta reſultão.

Com

Com este pensamento se pertende aqui demonstrar : primeiramente , que pela natureza , assim do commercio , como do dinheiro , e de todas as cousas venaes , aquelle juro he intrinsecamente licito. Depois se apontarão as incoherencias que se tem observado nas opiniões de muitos Moralistas sobre esta materia , as quaes tem concorrido muito para o conceito pouco favoravel , que se fórma do juro do dinheiro. Finalmente se exporão os damnos que , ao parecer , resultão geralmente da desconfiança que ha desse juro. Ao mesmo passo se irão declarando as reflexões que occorrem a respeito destes objectos ; as quaes , ainda que se ache não serem de professor , e talvez que nem de attendivel curioso , com tudo não serão de todo inuteis , se suscitarem nos homens Doutos o zelo de trabalhar em acclarar a verdade nesta materia , quanto he preciso para o bem público : com o que serão juntamente emendados os erros que se
pos-

possão achar nas duvidas que se propõem, e nas reflexões que as acompanhão. Humas, e outras se sujeitão, como he devido, assim ao melhor parecer dos Sabios, como principalmente á decisão da Authoridade superior, no espirital, e no temporal. A Igreja Catholica, por Determinações geraes dos Concilios, ou do seu Supremo Chefe, ainda não tem decidido formalmente que o juro do dinheiro seja de sua natureza illicito. Os escritos, em que se tem exposto a opinião de que o não he, tem sido publicados nas terras dos Catholicos, e junto aos muros do Vaticano, sem que hajão sido prohibidos. Em taes termos se entende de poder, sem perigo, discorrer em Lisboa bem, ou mal nesta materia, com o justo fim de procurar que se aclare a verdade. E se acaso, como muitos entendem, a opinião mais geral de que o juro do dinheiro de sua natureza he illicito, equivale a huma sentença final, da qual não póde já ha-

haver appellação , nem aggravo : por ultimo recurso , e por graça especial se implora a Revista de huma Causa affás importante , a qual em taes circumstancias se tem processado sem todas as provas necessarias dos factos.

C A P I T U L O I.

Natureza do Commercio, do Dinheiro, e de todas as cousas venaes.

A' Igreja toca propôr-nos , com a explicação das Sagradas Escrituras , e com as Doutrinas , assim dos Santos Padres , como de outros Escriitores Ecclesiasticos do maior conceito , as regras do Moral Christão. Mas a applicação dessas regras aos casos particulares dos negocios humanos depende não pouco do conhecimento pratico dos mesmos negocios. Hum delles he dar dinheiro a juro. ; E em que consiste esta acção , senão em vender o uso fructo do dinheiro por preço de-

determinado, e por tal, ou qual tempo? Esta definição não póde deixar de parecer estranha, ou suspeitosa, aos que não tem toda a pratica dos negocios de interesse. Por tanto, para a acclarar, e para demonstrar que ella não he arbitraria, senão exactamente conforme ao objecto de que se trata, he necessario entrar em alguma discussão sobre a origem, e exercicio do commercio.

Todos os bens proprios para o uso necessario, commodo, e do regalo do homem, ou são extrahidos da terra, e do mar por meio da agricultura, da mineração, e da pescaria; ou são cultivados, melhorados, e aperfeiçoados pelo trabalho, e pela industria dos homens. Não reprovemos ligeiramente esta industria, de que os mais delles se sustentão, em quanto não se desviár da justiça. Se os homens se accommodassem com o que he restrictamente necessario para viver, sim he crível que seriam mais innocentes os seus costumes.

tumes ; mas em tal caso , pouco se estenderia a povoação do Mundo , e muito limitado seria o entendimento humano. Esta proposição se prova de facto com o pequeno numero , com a barbaridade , e com a fraca intelligencia dos habitantes , das vastissimas terras interiores da Africa , e da America. Permittio a admiravel Providencia do Supremo Creador , e Governador do Universo , que os homens achassem , e appetecessem tambem os bens proprios para o maior commodo , e até os superfluos para o regalo. ; Quem póde comprehender os impenetraveis desígnios da Divina Sabedoria ? Com tudo , não parece temeridade discorrer para nossa edificação , que o motivo daquelle liberal disposição será a maior gloria de hum Pai tão amoroso , em ter mais filhos que o adorem , e em corresponderem melhor ao seu amor , aquelles que lhe querem fazer o voluntario sacrificio de se privarem dos bens proprios para o regalo , ou ainda para

o maior commodo , depois de os conhecerem , e de os terem á sua disposição.

Não póde cada homem cultivar , e fabricar todas as cousas que necessita para o seu proprio uso ; nem póde trabalhar bem senão em poucos objectos : e aliás , de cada hum delles póde hum só homem haver , pelo seu trabalho , muito maior quantidade da que lhe he necessaria para si , e para a sua familia. Por tanto , era necessario que elle trocasse , ou permutasse o que lhe sobeja pelo que lhe falta ; e eis-aqui a origem , e a natureza do commercio , o qual consiste propriamente na permutação , ou troca das cousas que sobejão , pelas que se hão de mister.

Tambem a infinita variedade das produções da natureza , e do trabalho dos homens se acha repartida em todo o Mundo ; de tal forte , que he preciso ir de hum a outro lugar para haver algumas ; e caminhar milhares de leguas para alcançar muitas dellas.

Era

Era bem difficil que o lavrador deixasse a miudo o arado , para ir procurar o vinho onde elle se cultiva , ou o panho onde se fabrica. Era impossivel que hum homem cultivando , ou tecendo em huma Provincia , ou em hum Reino , fosse a outra região distante , para alcançar o assucar , ou a pimenta. Dahi resultou que varios homens se dedicáram ao particular emprego de tratarem dessas permutações , encarregando-se do trabalho , e dos riscos de distribuirem por huns os generos que sobejão a outros. Já se vê que só o incentivo do lucro podia fazer permanente , e regular este exercicio ; o qual he tão licito nos que o praticão , como he no obreiro o pedir o salario do seu trabalho ; e tão util para os que não são commerciantes por officio , que sem o soccorro dos que o exercitão , não poderião os outros continuar proveitosamente nos seus empregos , nem ter commoda subsistencia.

O lucro dos negociantes he licito ,

to, ainda quando elles não fazem mais do que trocar no mesmo acto huma por outra mercadoria ; porque esse lucro se compõe do salario do seu trabalho ; das despezas que fazem , assim em beneficiar os generos em que negocião , como em os transportar de huns a outros lugares ; e do premio do risco que correm na deterioração da sua qualidade , e em se perdêrem por algum accidente , em quanto os não vendem. Mas o que de mais a mais succede frequentemente , he demorar-se-lhes a entrega do genero , que devem receber em troco do que dão. Demos que o lavrador haja de recolher o fruto da sua sementeira em Julho ; e que em Janeiro neceffite do panno para se vestir : se então lho fiarem para dar o seu equivalente dahi a seis mezes , he certo que receberá como favor essa confiança ; e não hesitará em se obrigar a satisfazer com alguma maior porção de trigo , da que dera no acto do ajuste da troca , se então tivera o trigo. O
mes-

mesmo succederá ao ferreiro na compra do ferro em barra , para fazer as obras que não póde acabar , senão dahi a algum tempo. O mesmo ao carpinteiro , e a qualquer outro official. Finalmente , igual necessidade terão , em infinitos casos , muitas pessoas de todas ás qualidades ; e consequentemente os negociantes terão a mesma necessidade de fiar as suas mercadorias para lhes dar sahida. Em taes circumstancias lhes accresce o risco dessa confiança , e o perjuizo de não poderem continuar a commerciar com aquelle genero de que se lhes demora a entrega , em quanto o não recebem. Estes inconvenientes fazem licito aos crédores o maior preço , que por essa razão alcanção dos devedores ; e he bem conforme á justiça , que os devedores satisfação o commodo que receberão , aos crédores que lho derão com o seu desconcomodo.

Desta exposição da natureza do commercio , e da profissão mercantil ,
se

se tirão as seguintes consequencias. 1.^a Que o commercio he essencialmente proveitoso á vida humana. 2.^a Que o lucro dos commerciantes, em geral, e igualmente o maior lucro que elles percebem em razão do fiado, são licitos pela sua natureza. 3.^a Que o exercicio do commercio não se restringe nos commerciantes, naquella classe de homens, que particularmente se empregão em commerciar para outros, com o fim de tirarem dahi o seu lucro; senão que todos os homens, que possuem alguns bens, são precisados a fazer delles permutação, e a commerciarem ao menos para si, sem o que esses bens, ou a maior parte delles, lhes seriam inuteis: e assim he verdade dizer-se, que todos os homens negoceão, ainda que não sejam negociantes por officio. Vejamos agora quaes são particularmente as operações do commercio, e averiguemos a legitimidade de cada huma dellas.

Sendo o commercio essencialmente

te huma permutação , esta se fez nos primeiros tempos , trocando realmente o genero que sobejava , pelo de que se carecia. Mas brevemente se reconheceo a grande difficuldade deste methodo , pelo incommodo que delle resultava , e pela multiplicada despeza dos repetidos transportes dos generos , de huns para outros lugares. Advertindo-se , que muitas conducções se podião evitar , fazendo mediar nas permutações hum genero commum , e de uso geral , o qual servisse de penhor equivalente , e de preço geral do valor dos mais generos : derão as diversas Nações em usar para este effeito de differentes qualidades de producções , escolhendo cada Nação a que melhor lhe convinha ; porém mais communmente servirão os gados de geral representação. Por exemplo: Huma ovelha pagava quatro covados de panno , ou oito alqueires de trigo. O aluguer de huma casa valia duas ovelhas , que tal se considerava ser o preço do aluguer.

O salario annual de hum artifice , ou de hum trabalhador , era satisfeito com dez ovelhas. Nestes casos , as ovelhas intervinhão , como valor equivalente , em todas as permutações que se fazião : erão o preço commum de todas as mercadorias , e servião para o seu pagamento ; finalmente , representavão o valor comparativo de todas as cousas venaes.

Continuando-se a regular o commercio , se reconheceo que os metaes , especialmente o ouro , e a prata pela sua consistencia , e outras particulares qualidades , erão os generos mais proprios para aquella representação equivalente. Fizerão-se delles huns pedaços maiores , e menores ; de determinado pezo , e qualidade ; marcados com algum signal da authoridade pública , para serem correntemente recebidos , sem necessidade de maior exame que o da primeira vista , os quaes são assim mais commodamente , do que outro qualquer genero , transportados
de

de huns para outros lugares, e pagão mais ajustadamente tudo o que se compra. Tal he a origem das moedas correntes, as quaes, com nome generico, chamamos dinheiro: o seu uso vem a fer, representarem, e pagarem com o seu effectivo valor todas as outras cousas commerciaveis, assim como antes as representavão, e pagavão as ovelhas. Os Romanos esculpírao nas suas primeiras moedas huma ovelha, a que chamavão *Pecus*; e dahi procedeo o ficarem chamando *Pecunia* á moeda corrente. Fazendo-se esta geralmente de cobre, de prata, e de ouro; e consistindo o uso destes metaes não só em servirem de moeda, mas tambem em outras obras proprias para o serviço dos homens, ou ellas sefão necessarias, ou de luxo; vem a ter o cobre, o ouro, e a prata hum valor proprio, e intrinseco, fundado em grande parte nessa duplicada serventia, como vamos a demonstrar.

O valor de todas as cousas apre-

B

ci-

ciaveis he regulado pela estimação dos homens, isto he, pelo conceito que elles fazem respectivamente de cada huma. Este conceito sim póde accidentalmente ser incerto, pois o são todas as opiniões dos homens; porque humas vezes ellas são determinadas pela natureza dos objectos, e em tal caso pela razão; e outras vezes pelo capricho, pelo appetite, e pelas paixões, das quaes elles não fazem sempre o uso que devêrão. Mas não obstante esta accidental incerteza, sempre a estimação regularmente estavel do valor dos generos commerciaveis, he naturalmente derivada, e vem a ser fundada nestas tres circumstancias; a saber: 1.^a O maior, ou menor trabalho que ha em extrahir, melhorar, ou aperfeiçoar o genero. 2.^a A sua maior, ou menor quantidade. 3.^a O maior, ou menor uso que d'elle se faz. A combinação destes tres motivos determina insensivelmente o conceito das gentes, para dar o valor a cada coisa; e este se

cha-

chama valor intrinseco , bem que a expressão não seja exacta ; porém esse he o nome de que geralmente se usa. Desta regulação procede que a agua , sendo objecto do maior uso , e da primeira necessidade , com tudo , por ser muito abundante , e muito facil de alcançar , não custa mais do que o preço do trabalho , de quem a traz da fonte até a casa : e que dos diamantes , pelo grande trabalho que ha em os extrahir , e lapidar , e o muito que de cada pedra se perde neste beneficio , vale o pequeno pezo de hum quilate , de trinta mil reis para cima ; porque não obstante que este genero não he de alguma necessidade para a vida , nem para o commodo , delle se faz uso em razão da magnificencia. O ouro , e a prata terião alguma menor estimação , se os não fizessem servir de moeda corrente ; porque nesse caso terião hum menor uso , e servirião tão sómente para as outras obras , em que tambem agora se empregão. O seu valor seria

o mesmo que agora he , a respeito do que custão a extrahir das minas ; e á sua maior , ou menor quantidade ; e seria menor relativamente á menor necessidade do seu uso. O cobre , ainda que delle se não fizesse uso na moeda , pouco , ou nada menos valeria , porque a sua quantidade nesse uso he insignificante , comparada com a maior serventia que tem em outras muitas obras.

Estabelecido pois no commercio o uso geral do dinheiro , vierão as permutações a ter diversos nomes , conformes ao differente modo , porque ellas são convencionadas , ou se executão. Quando a permutação he de hum genero por outro , sem que intervenha dinheiro , se chama troco. Quando he de qualquer genero por dinheiro , se chama venda ; com esta differença , de que só quando se cede para sempre a propriedade da cousa que se dá , para receber o pagamento do seu valor em dinheiro , ou logo , ou com espera de tempo determinado , em tal caso con-

fer-

ferva esta acção o nome de venda. Tal
 he a venda de humas casas , de huma
 quinta, e de qualquer mercadoria. Po-
 rém quando se cede, não a proprie-
 dade , mas sómente o uso fructo da
 cousa que se entrega , por tempo de-
 terminado , para ser restituída depois
 d'elle , estimando-se aquelle uso fructo
 a dinheiro , que he o preço commum
 de todas as cousas ; então se chama
 particularmente a esta acção , alugar.
 Tal he o aluguer de hum cavallo , de
 huma carruagem, de humas casas. Em
 certas cousas , que tem rendimento
 proprio, se usa no mesmo caso da pa-
 lavra , arrendar : arrendar huma terra
 de fmeadura , hum moinho , hum
 olival. Ainda que a cousa se aluga, ou
 se arrenda , e não se vende , porque ha
 de ser restituída ; com tudo he eviden-
 te que se vende o seu uso fructo , avalia-
 do em hum certo preço. Em vez de
 arrendar, ou alugar , se póde sem im-
 propriedade dizer emprestar, visto que
 a cousa deve ser restituída. Não he ef-

te emprestimo gratuito, senão emprestimo interessado: hum, e outro em geral dependem da vontade, sem ser contra a justiça. Tudo isto se entende das acções proprias do commercio: fóra d'elle se póde dar, se póde ceder gratuitamente, e sem pertender pagamento; não só a propriedade para sempre de qualquer cousa, mas tambem o seu uso fruto por tal, ou qual tempo, com a obrigação de ser restituída. Mas esta cessão gratuita já não he troco, nem venda, nem aluguer, nem arrendamento; he pura doação da cousa principal; ou he emprestimo gratuito da cousa principal, e doação da accessoria, isto he, do seu uso fruto. Estas acções de nenhum modo pertencem ao commercio, senão á beneficencia, ou á caridade christã: lembre-nos sempre esta natural distincção para evitar equivocções.

Applicando agora estes geraes principios, não cogitados arbitrariamente, mas com toda a exacção deduzi-

zidos da natureza das cousas, á acção de dar dinheiro a juro, se reconhece que ella não consiste em outra cousa, senão em alugar o dinheiro, e vender o seu uso fructo. Neste contrato não há simulação, nem falsa supposição, nem outro algum defeito, que o possa fazer nullo, ou injusto. ; Que cousa he vender? He permutar huma cousa, que se cede para sempre, por outra que se recebe, ou ha de receber. ; São cousas effectivas as que se permutão neste contrato, ou são suppostas, e imaginarias? Por huma parte se faz evidente, que o uso fructo do dinheiro he huma cousa effectiva, a qual tem o seu preço tambem, ou ainda melhor do que, por exemplo, o uso fructo de humas casas, de huma terra de semear, de hum moinho; porque com o dinheiro se podem comprar as mesmas casas, a mesma terra, o mesmo moinho, os quaes fructificação, e dão rendimento continuado. Por outra parte, tambem he cousa effectiva, e não imaginaria, a que se re-

cebe, ou ha de receber em permutação daquelle uso fruto, pois que he tambem dinheiro. Que este contrato seja justo, igual para ambas as partes, e licito, o faz evidente a sua mesma natureza. ; Posso eu vender o que he meu? Ninguem o ha de negar; e já fica demonstrado que vendo huma cousa, que tem valor effectivo, e não imaginario. ; Póde aquelle que me compra o uso fruto do dinheiro, lucrar com elle tanto, ou mais do que se obriga a pagar-me por esse uso fruto? Não só se deve crer que sim, pois elle voluntariamente, e sem algum contrangimento convem comigo do pagamento do uso fruto que me compra; mas de facto he assim, porque a experiencia diaria dos negocios de interesse prova sem a menor duvida que com dinheiro se adquire facilmente mais dinheiro. ; Onde está neste negocio a simulação? Onde esta a falsidade? Qual he o defeito? Em que consiste a injustiça?

Por

Por mais que se considere, e torne a considerar, não se acha resposta contraria a estes argumentos; nem o entendimento póde apartar-se da convicção interior; em que o tem constituido as razões expendidas neste Capitulo. Por tanto, tão pouco he possível deixar de entender que o lucro do dinheiro emprestado por negocio, he de sua natureza licito; que he tão licito, como a renda de huma terra de semear; como o aluguer de humas casas; como a venda de huma fazenda, que se cede a troco de dinheiro. Se ha, ou podem haver razões maiores, que convenção as que se tem exposto, sería de grande importancia que se fizessem publicas, para cortar de raiz os damnos que ainda resultão de se ter na especulação o juro do dinheiro por naturalmente injusto, e peccaminoso; e de se reputar licito na pratica. Entre tanto, não póde deixar de parecer evidente, que sendo o juro do dinheiro intrinsecamente licito, pela sua natureza; esta legiti-

timidade , considerada em geral , não depende da opinião , senão que he materia de facto : que a sua decisão não pertence ao poder Ecclesiastico , nem ao Temporal : que a hum , e outro toca sómente regular por Leis positivas os casos em que deve ser limitada aquella regra geral , e aquelles em que he licito de levar juro : e que ao poder Secular toca particularmente determinar , e prescrever o preço do juro do dinheiro , o mais , ou menos que no proprio estado se deve pagar o seu uso fruto.

C A P I T U L O II.

O juro do dinheiro he justamente authorizado pela Lei Civil.

COnsiderando o juro do dinheiro , a respeito da necessidade da subsistencia dos homens , na sociedade Politica , a qual por constituir huma parte muito consideravel da belleza moral do

do Mundo , devemos crer , e se acha positivamente declarado nas Divinas Escrituras , que he ordenada pela Altissima Providencia : examinemos primeiramente quaes serião as consequencias que houverão de resultar da prohibição do juro do dinheiro na sua generalidade. Não se poderá vender fiado por maior preço do que a dinheiro de contado. Os Christãos não poderão licitamente commerciar ; pois que o commercio não póde effectuar-se continuamente , sem emprestimos interestados , e sem lucro equivalente , não só do trabalho , e do risco , mas tambem da demora do pagamento. Não se poderá trocar o superfluo pelo necessario. Os frutos da terra , e do mar , e as obras do trabalho dos homens não poderão ter prompto , e util consumo. Não haverá sahida delles , de huns para outros Estados. Não se poderão continuar a lavrar as terras. Não laborarão os artifices. Não poderá huma Nação defender-se de outra , que lhe for inimiga.

miga, se seguir diverso systema. Não haverá meios para fazer observar a ordem, a policia, e a justiça. Não os haverá para as gentes poderem subsistir, senão com infinitos incommodos. A vastidão do Mundo será pizada por poucos habitadores, quasi irracionaes. O genero humano será pouco superior na intelligencia, e no raciocinio aos animaes brutos; e nos seus barbaros costumes será semelhante aos salvages das terras ultimamente descobertas. ; São estas consequencias deduzidas naturalmente humas das outras, e todas derivadas daquelle geral principio? A razão, e a experiencia assim o persuadem. ; He isto o que a Divina Providencia quer de nós? Parece que não.

Se se differ que por esses motivos o juro do dinheiro he tolerado, em razão do commercio, dahi não se póde entender outra cousa, senão que se tem por necessaria a inobservancia de hum preceito Divino, para que os homens possão existir no Estado Civil. ; E que ab-

abfurdo póde haver maior que effe? Diz-se que a prohibição de dar dinheiro a juro se deve entender com a excepção dos commerciantes: em tal caso já se confessa que a prohibição não he geral. ; Mas que tal excepção he aquella (aliás arbitrariamente imaginada) que comprehende todos os casos em que póde recahir a prohibição? A acção de dar, ou tomar dinheiro a juro, com o fim de lucrar por elle, ou com elle, constitue negociante accidental áquelle que o não he de officio. Toda a pessoa que possui alguns bens, se acha na precisão de negociar para si, ainda que o não faça para outrem, como já fica demonstrado. Além do que, os negocios dos commerciantes taes se achão travados com os interesses de todas as outras qualidades de pessoas; dos senhorios, e cultivadores das terras; dos fabricantes, e artífices; do Erario público; e até do Estado Ecclesiastico. Não he possível permittir o juro do dinheiro a huns, sem o permit-

mittir a todos. Logo, no systema supposto, aquellâ excepção não he admittivel, porque por ella viria a ficar inteiramente illudido o effeito de hum preceito Divino.

Já no Capitulo antecedente se demonstrou, ao parecer com toda a evidencia, que a acção de dar dinheiro a juro consiste essencialmente em vender o seu uso fructo. O dinheiro he hum genero commerciavel, como outra qualquer cousa das que tem valor proprio, na estimação dos homens. ; Quem poderá negar esta proposição? Sómente quem pela commuã preocupação de não attribuir ao dinheiro mais do que a qualidade de signo arbitrario do valor das outras cousas venaes, não lhe considerar a qualidade, que com effeito tambem tem, de ser equivalente dessas mesmas cousas que representa. ; Se o dinheiro não tivesse o valor intrinseco, que tem os mais generos commerciaes, como era possivel que na continuação dos seculos a experiencia não hou-

houvesse defenganado aos homens da futilidade de hum penhor que por si nada valesse? Muito pelo contrario, no conceito geral, o ouro, e a prata são mais estimados do que os outros generos; e esta estimação he fundada não só em serem raros esses metaes; em custarem mais que os outros a extrahir, e purificar, na sua maior consistencia, e na serventia que tem assim para o uso commodo, e seguro da moeda corrente, como para obras do serviço das pessoas abastadas. Mas principalmente he fundada aquella maior estimação na facilidade, e promptidão com que se alcanção com o ouro, e a prata todos os mais generos, que os homens podem appetecer; o que não succede assim com qualquer outro.

O uso do ouro, e da prata sim foi arbitrario, em quanto á escolha do signo representativo, pois que em outros tempos se fizeram intervir diversos generos nas permutações; e ainda hoje, em algumas terras menos polidas,

e de menor commercio, se usa da sola, dos cauris, ou buzios, e de outras mercadorias para aquella representação; mas o ouro, e a prata são tanto mais adequados para esse effeito, que por não se haverem achado outros generos, igualmente proprios, se póde dizer que o uso daquelles he já necessario. Logo se o dinheiro, como signo, tem hum valor representativo, que a experiencia tem feito necessario, ainda he menos dependente da vontade o seu valor effectivo, supposta a geral opinião dos homens a esse respeito, a qual não se póde considerar arbitraria, pois que he fundada na natureza das cousas, como fica demonstrado.

Sendo pois o dinheiro huma mercadoria, hum genero venal, como outro qualquer, he igualmente certo que elle ha de valer mais, ou menos, conforme aos diversos accidentes do commercio. ; Pois que, me dirão, o dinheiro, sendo hum signo representativo, tambem succede valer mais, ou menos?

nos? Quem póde duvidar do que a experiencia tem feito evidente? No anno de 1499. valia neste Reino o ouro puro, feito em moeda, a 404. reis a oitava; (1) e valia o alqueire de trigo vinte reis. (2) A este respeito, huma oitava de ouro puro era equivalente de 20. alqueires de trigo. Hoje vale em moeda a oitava de ouro de 22. quilates 1600. reis; o que corresponde a 1745. reis a oitava de ouro puro; e vale o trigo a 400. reis o alqueire; com o que vem a ser equivalente de pouco mais de 4. alqueires de trigo, huma oitava de ouro puro: donde resulta valer hoje o ouro sómente a quinta parte do que valia naquelle tempo;

C

pois

(1) A moeda de ouro, chamada *Portuguez*, feita em 1499, era do toque de 24 quilates, e corria por 10 cruzados, ou 4000 reis. Dam. de Goes *Histor. de ElRei D. Manoel* Parte IV. Cap. LXXXVI. O *Portuguez* devia pezar 1 onça, 1 oitava, e 64 grãos e meio, segundo a Lei de 1560. *Histor. Geneal. Tom. IV. Cap. VI.*

(2) No anno de 1495 Garcia de Rezend. *Chron. de ElRei D. João II. Cap. XXI.*

*Ouro puro mil melis...
respondia de 112 reis o franco...
hoje vale a 615,0 sem agria*

pois que então bastava a oitava para pagar 20. alqueires; e hoje são necessarias para o mesmo effeito 5. oitavas.

Desta baixa da estimação do ouro, que procede da muito maior quantidade de que delle ha, depois da descoberta da America, se reconhece que este genero he sujeito aos accidentes variaveis do commercio, assim como os mais generos: bem que por ser aquelle o que serve de comparação, se sustenta mais tempo fixa a sua estimação, que a dos comparados; mas não deixa de ser verdade, que, como mercadoria, o seu valor intrinseco he sempre variavel. Igualmente o uso fructo do dinheiro, sendo accessorio do dinheiro, tem a mesma natureza que este tem, de ser mais caro, ou mais barato, conforme aos accidentes do commercio, dos quaes he sempre o principal o da maior, ou menor abundancia. Nos tempos antigos, e ainda ha poucos Seculos, o preço mais moderado do uso fructo do dinheiro foi geralmente de 10. pa-

para 12. por cento , porque não havia tanto dinheiro como ha hoje. Agora vale de 5. a 6. por cento em Portugal , Castella , França , Italia , e Alemanha ; e vale a 3. e a 2. e meio por cento em Inglaterra , Hollanda , e Flandres , onde ha ainda maior massa de dinheiro corrente ; ou para fallar com maior propriedade , onde o seu giro he tão accelerado , em razão do credito público , que representa no commercio hum valor muito maior , do que representaria em outros Estados igual massa de dinheiro.

De serem assim o dinheiro , como o seu uso fruto cousas venaes , e sujeitas á instabilidade que ellas tem todas no seu valor , resulta a consequencia innegavel , que não está no arbitrio do Soberano o fazer que o uso fruto do dinheiro não tenha valor : isso fora o mesmo que mandar , que os donos do trigo , da carne , e do peixe os dessem gratuitamente a quem necessitasse de algum destes comestiveis. Huma tal

Lei destruiria de hum golpe a propriedade particular de cada individuo , quando a authoridade do Principe he principalmente estabelecida para a conservar a todos. Tambem resulta por necessaria consequencia daquelles principios , que não está totalmente no arbitrio do Soberano o maior , ou menor preço do uso fructo do dinheiro ; o tanto , ou quanto do juro ; porque este he antes regulado pelas circumstancias do commercio , nas quaes he que os Politicos se fundão para o estabelecimento do preço legal do juro do dinheiro. De facto assim succede em todos os Estados , ainda que pareça o contrario aos que não tem a necessaria experiencia , ou não fazem toda a reflexão na pratica dos negocios : o que seria facil de provar com razões evidentes , e com os exemplos de todas as Nações , se esta materia , aliàs susceptivel de muito maior explicação para ser vulgarmente entendida , não fosse , como he , alheia do presente assumpto.

Po-

Poderá dizer-se , que senão depende da vontade do Soberano, o ser maior, ou menor o juro do dinheiro ; e porque razão se não deixa ajustar o seu preço á avença das partes, assim como o das outras mercadorias ; e para que se promulguem Leis, determinando o preço do juro ? Responde-se, que as Leis se dirigem tão sómente a taxar o preço do juro, que se não deve exceder ; porque sendo elle de sua natureza mais permanente , tambem he susceptivel dessa regra geral , a qual he muito difficilosa de estabelecer em outras cousas commerciaes pela diaria mudança das circumstancias ; mas ainda assim nas povoações menores costuma a authoridade do Governo regular a miudo no mercado público os preços dos generos mais necessarios. Além do que, he conveniente aquella regra geral , para que nos Auditorios da Justiça se decidão por ella as contendas relativas ao uso fructo do dinheiro ; e nos Estados Catholicos he igualmente

ne-

necessaria para o socego das consciencias, e para que possão, os que as hão de julgar, regular-se pela Determinação da authoridade pública. Em varios Reinos serve de regra geral, para o juro licito do dinheiro, o preço por que o paga o Soberano. Neste Reino ha demais a mais huma Lei positiva, para que se não possa pagar por mais de cinco por cento. Nos Estados mais commerciantes, o preço corrente do commercio he o que serve de regra, assim para os particulares, como para o Principe. Em Inglaterra, sendo o preço corrente do commercio a 3. e a 2. e meio por cento, o Estado o vem a pagar a 6. e a 7., porque a sua grande divida faz presumir maior risco, e não acha quem lho empreste por menos.

De todo o referido se faz evidente que o juro do dinheiro he pela sua natureza hum objecto de commercio intrinsicamente licito; que os Soberanos não podem deixar de o permittir; e o que fazem com as suas Leis não he:

he outra cousa , senão declarar o seu
justo prego , para que os não intelli-
gentes não sejam prejudicados pelos
usurarios. ; Além de que , quem póde
com razão duvidar de que em hum ne-
gocio puramente temporal , qual he
este , não sejam os Principes temporaes
os que tem toda a authoridade neces-
saria para legislar nelle ; e não bastem
as suas Leis para obrigar a todos , assim
no foro interno , como no externo ?
Com tudo , não são poucos os que ,
por huma notavel preocupação , du-
vidão , e se oppõem a huma verdade tão
evidente. Porém os melhores estudos ,
que de alguns annos para cá tem alu-
miado a este Reino , já vão desfazen-
do a nevoa do confuso conceito que
por muitos tempos tem havido sobre
o legitimo poder do Soberano , a res-
peito da determinação do juro do di-
nheiro. Já se vai reconhecendo como
regra geral , para o socego das con-
sciencias , a Lei que em Portugal per-
mitte o juro a cinco por cento. Ulti-
ma-

mamente fahio ao público huma Differ-
tatação Theologo-Juridica, escrita pe-
lo P. M. Fr. Manoel de Santa Anna
Braga, Menor Observante, na qual es-
te Religioso estabelece essa doutrina
com solidas razões: prova bem a legi-
tima authoridade que tem o Principe
temporal para legislar nesta materia; e
conclue com a regra geral, de que
huma vez que o juro he permittido
pelo Soberano, o juro he licito sem a
menor repugnancia. Mas ainda assim
he de reear que esta judiciosa Differ-
tatação, assim como a doutrina que nel-
la se estabelece, não sejam bastantes
para o geral socego das consciencias,
em quanto se não acclarar de todo,
que não he positivamente prohibido
pelas Leis Divinas o juro do dinheiro
em geral, porque entre tanto fica exis-
tindo a desconfiança de que possa ser
licito o que prohibe a Religião.

CAPITULO III.

*Se o Juro do dinheiro he prohibido pelas
Leis Divinas?*

EM muitos lugares do Testamento Velho he reprovada a usura com a maior vehemencia; a saber: no Exodo, no Levitico, no Deuteronomio, no IV. Livro dos Reis, nos Proverbios, no Ecclesiastico, nos Profetas Isaias, Jeremias, Ezequiel, e Amôs, e nos Psalmos. Em quanto ao Novo Testamento, parece que muito por acaso se trata nelle desta materia. Fallando em outro proposito, disse Jesu Christo, nosso Divino Mestre, e Redemptor, no admiravel Sermão, referido por S. Lucas: *Mutuum date nihil inde sperantes*; e segundo refere S. Matheus: *Volenti mutuare à te, ne avertaris*. Assim estes textos, como os do Velho Testamento, são entendidos mais geralmente como declarações formaes de que o juro do dinheiro he de sua
na-

natureza injusto, e peccaminoso; porque a palavra *mutuo* se traduz em Portuguez pela de emprestimo, o qual se entende que deixa de o ser, se he interessado, e não gratuito. Tambem a palavra *usura* em outros tempos significava geralmente o avanço do dinheiro, ou elle fosse justo, ou injusto; bem que ás vezes, e ainda na maior antiguidade, se vê que igualmente foi entendida, como agora he, pelo avanço illicito do dinheiro.

Os mais dos Theologos Catholicos assentão em que os textos das Sagradas Escrituras, que fallão da usura, e do mutuo, não se devem entender em outro diverso sentido que no de condemnarem em geral o lucro do dinheiro: taes são a maior parte dos nossos, dos Hespanhoes, dos Italianos, e muitos dos Alemães, e dos Francezes. Entre estes se declararão geralmente por essa opinião, e serão notavelmente rigorosos contra o juro do dinheiro, os do partido opposto
aos

aos Jesuitas , pelos quaes erão todos sem distincção chamados *Jansenistas* ; sendo aliàs varios delles dos mais respeitaveis Letrados do Seculo passado. Taes forão Pascal , Nicole , Arnaut , Dugué , e outros geralmente reputados por sabios da primeira ordem. Talvez que a paixão que tinham contra os Jesuitas , cujo moral não pouco relaxado excitou o ardente zelo deffes seus adversarios , entrasse de mistura nas opiniões rigorosas que estes tiverão a respeito do juro do dinheiro. O que parece certo he , que a grande condescendencia dos Jesuitas nesta materia , não deve servir de exemplo para persuadir a sua legitimidade : assim porque a intelligencia que elles derão aos textos da Escritura Sagrada , relativos á usura , e ao mutuo , foi a mesma que lhe dão mais geralmente os outros Theologos ; e a sua largueza consistia na extensão dos diversos titulos alheios do mutuo , pelos quaes ampliavão demaziadamente o preço do juro do dinheiro-

*Odeio
a política*

nheiro ; como porque o sopro daquella Sociedade já extincta era indifferentemente quente , ou frio , segundo o requerião as accidentaes circumstancias da sua Politica artificiosa : ; Miseravel politica , com a qual erradamente entendião de sustentar o edificio da verdadeira Religião , que tem por firmissima base a Fé ; assim como para governar os negocios temporaes , muitos preferem essa pequena politica á grande arte de unir a verdadeira prudencia á exacta probidade !

Não obstante aquella geral opinião , varios Doutores de França , de Flandres , de Alemanha , e de outras partes , reputados por Orthodoxos , entendem diversamente os textos das Sagradas Escrituras , que se applicão contra o juro do dinheiro , e não o tem por naturalmente injusto. Mas os Portuguezes , Hespanhoes , e Italianos confião pouco , em quanto á pureza da Religião , dos escriptores daquellas terras , onde mais tem grassado as he-
re-

*Tratado
Italiano*

refias , e os fazem ter por suspeitosos. Parece que não se achão nos termos da mesma desconfiança os Italianos, dos quaes he mais notavel o Marquez Scipião Maffei , de Verona , que deo á luz hum Tratado , intitulado: *Dell' Impiego del danaro* , impresso em Roma , e dedicado ao Santo Padre Benedicto XIV. Não consta que este illustre Escriitor fosse já mais increpado na pureza da Religião , senão he a respeito da materia de que se trata. Elle foi hum dos mais insignes Letrados deste Seculo ; fez hum estudo bem profundo nas sagradas Letras ; era não pouco izento de prevenções, e bastantemente instruido dos negocios humanos, o que ordinariamente falta aos Theologos Moralistas : por todas as razões deve valer o seu voto pelos de muitos delles. He verdade que , na opinião dos Frades Italianos , teve o defeito de usar de cabelleira , e trazer espadim á cinta ; mas o certo he que o habito não faz o monge , ainda que ao monge sem

sem habito ha muito tempos se não dê credito.

O Tratado *Dell' Impiego del danaro* he escripto com huma vasta erudição, e ao que se entende com muito judiciosa critica; bem que o seu estilo não seja dos mais correntes, por se dirigir antes á elegancia, do que á clareza. Nesta obra se empenhou o seu Author em combater, como a hum notavel erro commum, a opinião de que o lucro do dinheiro he de sua natureza illicito, em razão dos textos da Sagrada Escriitura, que voluntariamente se lhe querem applicar. Pertende demonstrar que os dous textos antes referidos dos Evangelhos, examinados á luz de hum bom critério, e sem preocupação, de nenhum modo se podem razoavelmente entender do juro do dinheiro licito, ou não licito. Que todas as declamações, que se achão no Testamento Velho são contra o lucro excessivo, que constituia a usura no sentido em que hoje a entendemos, e especialmen-

mente contra as usuras que recahião nos pobres , pois que taes erão geralmente as que se praticavão naquelles tempos. Que nessas declamações, quasi sempre á reprovação da usura, se junta por motivo o damno que ella causava aos pobres. Que o avanço discreto do dinheiro , regulado pelas Leis Civís , e não extorquido do pobre, pela necessidade do sustento da vida, he admittido em muitos lugares do Velho, e do Novo Testamento, e assignaladamente na parábola referida por S. Mattheus xxv. 27. *Oportuit ergo te committere pecuniam meam nummulariis, & ego veniens recepissem utique, quod meum est cum usura.* Que o mesmo refere substancialmente o Evangelista S. Lucas xix. 25. Que neste espirito forão feitos todos os Canones, e Estatutos Ecclesiasticos a respeito da usura; e que assim a entenderão todos os Santos Padres Gregos, e Latinos; e até os Theologos particulares do XII. XIII. e XIV. Seculos. Finalmente que a infini-

Replica

nidade de Escriitores, Moralistas dos ultimos Seculos , esquadrinhando , e subtilizando nimiammente em todas as materias , he que as confundirão , e particularmente esta do lucro do dinheiro ; de sorte que as dividirão em muitas questões problematicas , incertas , e não poucas vezes perigosas.

Muitos escritos sahirão em Italia contra este Tratado : alguns se tem alcançado , dos quaes he o mais notavel hum do P. Concina , intitulado : *Esposizione del Dogma , che la Chiesa Romana propone a crederfi intorno l'Usura* , impresso em Napoles em 1756. Parece que nenhum dos adversarios disse cousa alguma substancial para aclarar a materia em que se disputava. O que nelles mais se nota he huma fastidiosa repetição de argumentos , e de citações para provar que a usura he prohibida , e que do mutuo não se póde receber lucro , cousas de que ninguém duvida ; consistindo a questão , em que sentido se devem entender es-

fes

ses dous nomes. Demais a mais , são adubados aquelles Discursos com declamações vagas , com alguns vituperios , e com insinuações de heresias , que são as pedradas de que costumão valer-se aquelles , a quem falta a espada da razão para combater. Porém he certo que esses campeadores tambem usárão com maior vigor de outra arma affás temivel , qual he a Carta Encyclica , que o Papa Benedicto XIV. escreveu aos Bispos de Italia , com data do 1. de Novembro de 1745. já depois de publicado o Tratado do Marquez Maffei , e pelo que se alcança a elle bastantemente allusiva.

Nesta notavel Carta estabelece o sabio Pontifice os sinco artigos , ou Decisões seguintes. 1.^a Que no contracto mutuo he usurario , e illicito o estipular lucro , ou cobrar em razão do mutuo mais do que se deo. 2.^o Que não releva da usura criminosa o dizer-se que o lucro he moderado ; que he pago pelo rico , e não pelo pobre ; que he

D

pa-

para empregar o dinheiro ocioso na
 mão daquelle que o empresta , com
 utilidade do que o toma emprestado ,
 dando avanço , porque nestes casos se
 falta á igualdade , e por nenhum mo-
 tivo se póde causar damno a outrem.
 3.º Porque não se nega que póde haver
 nos contratos , fóra da natureza do
 mutuo , muitos motivos , que fação li-
 cito o avanço , ou premio do dinheiro ,
 como tambem que podem haver mui-
 tos , e diversos contratos em hum li-
 cito commercio , ou de outro modo ,
 em que não se dê a circumstancia do
 mutuo , e nos quaes seja licito o lucro
 do dinheiro. 4.º Que em qualquer qua-
 lidade de negocios o ponto effencial
 he observar a igualdade reciproca , e
 que não haja nelle mutuo expresso , ou
 palliado , porque havendo-o , se se-
 gue a obrigação de restituir. 5.º Que
 he falso dizer-se , que em todos os
 contratos de emprestar dinheiro ha
 sempre , para perceber delle avanço
 moderado , outros titulos legitimos ,
 ou

ou juntos com o mutuo, ou sem elle; porque esta intelligencia he contraria ao senso das Divinas Escrituras, e da Igreja Catholica, no juizo que tem feito da usura; e que ninguem póde negar que em muitos casos são obrigados os homens a socorrerem-se huns aos outros com o simples mutuo, como N. Senhor Jesu Christo ensina em S. Mattheus : *Volenti mutuare à te ne avertaris, &c.*

Esta Decisão da Igreja Catholica, que se applica contra o juro do dinheiro em geral, tanto o não condemna, que o declara licito em muitos casos; mas como prohibe expressamente o lucro do mutuo, ou em razão do mutuo, ficou a questão indecisa para os teimosos, os quaes para continuarem na sua porfia, fazem hum grande caso do som das palavras, e não querem dar attenção á substancia da doutrina. A determinação que della póde resultar, a respeito do juro do dinheiro, se reduz á declaração da palavra *mutuo*, entendi-

da por emprestimo gratuito ; e fica decidido que deste emprestimo se não deve tirar lucro. Agora se póde discorrer assim : Eu não trato da significação da palavra *mutuo* , fallo de dar dinheiro a juro por interéffe. Se eu cuidasse de emprestar gratuitamente , e no mesmo tempo entendesse de perceber lucro do emprestimo , estas seriam duas intelligencias contradictorias huma da outra. Quando cedo o uso do dinheiro por certo tempo , estipulando lucro , ainda que diga que empresto , fallo no sentido de emprestar por interesse , vendo na realidade esse uso fructo por hum preço determinado. Em muitos casos , assim como neste , se usa de expressões equivocas , sem que ellas sejam bastantes para mudar a natureza das cousas ; porque a commua intelligencia lhes dá o seu verdadeiro sentido. A minha intenção he de vender o uso fructo , não he de o dar gratuitamente. Isto mesmo entendem aquelles com quem contrato. As palavras são de reciproca convenção :

ção : Aquella expressão de emprestar a juro , vejo agora que não he exacta , pois se toma em diverso sentido do que pertendo dar-lhe : vejo que não explica bem a minha intenção : logo deve-se emendar a expressão pela intenção , e não a intenção pela expressão , que esse fora hum evidente absurdo.

Aqui se me póde arguir de que pertendo illudir a Determinação do Preceito Divino , o qual he de emprestar sem lucro. Respondo que este argumento he mal fundado ; porque o preceito não he geral para prohibir toda a qualidade de lucro do dinheiro , como na mesma Carta Encyclica o reconhece o Summo Pontifice , quando diz na Decisão 5.^a que ninguem póde negar que em muitos casos são obrigados os homens a socorrerem-se huns aos outros com o simples mutuo. Quem diz em muitos casos , não entende falar de todos : e demais a mais , o fundamento desta Decisão he o texto allega-

gado de S. Mattheus ; com o que a doutrina do nosso Salvador vem alli claramente explicada pela obrigação de emprestar gratuitamente aos necessitados , que he o que todos entendemos , com a condição subentendida da possibilidade para o fazer ; e de nenhum modo se póde suppôr que o preceito he geral para ceder gratuitamente , em todos os casos , o uso fructo do dinheiro que se confia de outrem : não he applicavel esse preceito á acção de dar dinheiro a juro por negocio reciproco de quem o dá , e de quem o toma.

Está decidido que o mutuo deve ser gratuito : disto não se póde duvidar , pois que entendido o mutuo por emprestimo sem interesse , já se vê que não consente lucro. ; Mas que tem isso que ver com a venda do uso fructo do dinheiro ? A condição essencial que se prescreve , he de observar a igualdade reciproca. Já fica demonstrado que essa venda , esse contrato de dar o dinheiro

a juro por negocio, he igual para ambas as partes contrahentes.: que nelle não recebe damno , senão proveito o que paga o avanço : que ahi não ha a menor injustiça. Quanto á condição de que nesse contrato não haja mutuo expresso , nem palliado , já se provou evidentemente , que o não ha na realidade , nem o póde haver , senão na imaginação. ; Se na realidade se achasse com toda a certeza que o juro do dinheiro he naturalmente illicito ; e entendesse a Igreja Catholica que esta he a doutrina do Evangelho ; como na prática serião tantos os casos , em que a mesma Igreja , segundo os pareceres dos Theologos , convem ser licito o juro do dinheiro , que vem a ficar quasi sem applicação aquella intelligencia especulativa ? Todos os Soberanos Catholicos , e o mesmo Papa , como Principe Temporal , authorizão o juro do dinheiro ; e ainda mais tem estabelecido nos seus Estados Montes de Piedade , nos quaes pelo motivo da causa

pia ,

pia , permitem muitas vezes hum juro maior que o commum , hum avanço immoderado. ; Donde vem esta contradicção? He de crer que não tem outra causa , senão a de que quando se trata do Governo temporal , a praxe dos negocios , fazendo evidente a natureza delles , mostra claramente que he impossivel haver trato , e commercio entre os homens , sem se authorizar o juro do dinheiro. E por outra parte , especulando os Theologos sobre o governo espirital , e chegando á materia do juro do dinheiro , que tem conexão com o temporal , elles por huma confusa intelligencia dos nomes dos objectos , e por huma notavel prevenção applicão os textos das Sagradas Escrituras para hum caso , para o qual talvez não forão , nem naquelles tempos havia motivo para serem propostos.

Aquella confusa intelligencia dos Theologos parece que he derivada da distincção que fazem os Latinos , da qua-

qualidade do emprestimo, em mutuo, e commodato, como depois procuraremos demostrar ; tanto assim, que não lembrando essa distincção, e attendendo só ao nome de emprestimo interessado ; ou ainda mais exactamente, ao de venda de que usamos, cahe por terra o trabalhoso edificio, que se tem levantado sobre o lucro do mutuo, como por outros Escritores se acha já advertido. Tambem he de crer que essa confusa intelligencia he a que influe nas expressões do mutuo, conforme ao systema dos Facultativos, de que se usa na respeitavel Carta Encyclica do sabio Pontifice. Mas se nella se fizer abstracção do modo accidental de expressar a doutrina ; e se considerar tão sómente a substancia desta, se reconhecerá com a maior evidencia que de nenhum modo nos apartamos daquella superior Decisão da Igreja ; antes he a ella muito conforme a opinião, a que mostramos de nos inclinar sobre a legitimidade do juro do dinheiro.

Des-

Destas reflexões nasce a vehemente suspeita, de que este monstro, chamado lucro do mutuo, póde muito bem não ser outra cousa, senão huma vã fantasma, quando se vê de longe; á qual não se achará corpo, e ella se desvanecerá facilmente, huma vez que se chegue com resolução a examinalla de perto. Isto he que, deixada a preocupação de seguir o confuso conceito, e as expressões estabelecidas entre a torrente dos Moralistas; se todos reciprocamente nos entendermos na significação das palavras, póde ser que todas as dúvidas se reduzão a questão de nome, e que não se ache differença na intelligencia do objecto. ; He possível, dirá alguem, que tantos homens sabios se hajão equivocado? Fora cousa notavel, na verdade, mas não he impossível. ; Discorra-se a Historia geral do Mundo: veja-se a dos progressos que tem havido nas sciencias humanas ! Quantas cousas se tem tido por certas na serie de muitos seculos, na

Fi-

Filosofia , e particularmente na Fyfica , e na Astronomia , de cuja certeza depois se reconheceo o engano ! Isto he constante a qualquer pessoa , que tenha huma leve tintura dos conhecimentos humanos.

Não parecerão tão estranhos estes acontecimentos , se se reflectir ao grande poder que tem nos homens o costume sobre a razão , quando não são as paixões as que a dominão : donde vem que no exercicio das Artes , e das Sciencias , elles facilmente preferem o commodo de seguir a intelligencia dos que os precedêrão , ao trabalho de procurarem de descubrir a verdade por huma clara persuasão do seu proprio entendimento. Dahi procede tambem que huma vez estabelecida a opinião de hum , ou poucos homens acreditados , ainda que succeda não ser esta opinião a verdadeira ; com tudo , outros muitos de grandes talentos a vão seguindo na boa fé da authoridade dos inventores ; e assim consecutivamente

ar-

arrimando-se huns aos outros , passam
seculos antes que se chegue ao geral
desengano.

C A P I T U L O IV.

*Razões dos Moralistas , que tem confir-
mado a desconfiança do Juro do
Dinheiro.*

AS Decisões que tem havido nos
tempos modernos ácerca do ju-
ro do dinheiro , participão geralmente
da incerteza que se nota nos pareceres
dos Moralistas sobre esta materia. Ve-
jamos quaes são as razões , que dão
os mais delles , para provar filosofica-
mente que o avanço do dinheiro he in-
trinsecamente illicito. Huma dessas
razões he , que o dinheiro de sua na-
tureza he esteril , e não póde produzir
fruto. ; Que he o que se entende por
esta Sentença? Será figuradamente que
o ouro , e a prata , de que principal-
mente se fabrica o dinheiro , e ainda

*o mesmo
representa
valores*

o mesmo dinheiro , são cousas de si inuteis para o uso necessario dos homens , e sómente objectos de huma vã superfluidade ? Nesse caso a supposição he equivocca , e errada. Ninguem duvida de que o dinheiro considerado como metal , não seja do uso necessario ; porém reputado como equivalente , e representação de todos os mais generos commerciaveis , por huma tacita , e geral convenção , elle he regularmente tão necessario como o trigo , como os gados , e como qualquer das outras cousas , sem as quaes o homem não poderia subsistir , pois que todas ellas se adquirem com o dinheiro. ¿ Será aquella esterilidade entendida literalmente , porque o dinheiro semeado não se reproduz como o trigo , e os mais vegetaes ; nem por si póde multiplicar-se , assim como os gados , e os outros animaes ? Tambem essa razão he inconcludente , pois que della resultaria a consequencia de ser licito tirar avanço dos generos fructiferos , e não do

do dinheiro. Por exemplo : emprestar
 cem alqueires de trigo , ou cem bois ,
 com a condição de receber em paga-
 mento dahi a hum anno 105. alquei-
 res de trigo da mesma qualidade ,
 ou 105. bois do mesmo tamanho. Eu
 diria nesse caso : Se ouro he o que ou-
 ro vale , não quero avanço do meu di-
 nheiro , senão do meu trigo , o qual
 posso em qualquer tempo trocar por
 dinheiro. Logo se a questão he sómen-
 te de nome , ella he pueril ; e tambem
 he frivola a distincção que se pertende
 fazer entre o dinheiro , e os generos
 fructiferos a respeito do juro licito ,
 ou illicito. Além de que no systema
 dos mesmos Moralistas , tão reprovado
 he o lucro do mutuo a respeito do tri-
 go , e de qualquer outro genero fructi-
 fero , como do dinheiro : e assim a sup-
 posta esterilidade deste he hum myste-
 rio , que não se póde penetrar : *Num-
 mus , nummum non parit* , diz hum in-
 comprehensivel axioma. ; Que he o que
 por elle se entende ? Em que sentido
 se

se toma essa Sentença? Como vem ella a provar , que he illicito o juro do dinheiro?

Outra razão mais especiosa desse conceito dão geralmente os Moralistas ; e he esta : Os Romanos usavão dos dous nomes mutuo , e commodato para expressar o que nós chamamos emprestimo ; e estes nomes erão adaptados a duas diversas qualidades da cousa emprestada. O mutuo se entendia da cousa que havia de ser restituída não identicamente , senão no mesmo genero , como trigo por trigo , vinho por vinho , e dinheiro por dinheiro. O commodato era da cousa que se havia de restituir tal , e qual se havia emprestado , e não outra semelhante por ella : por exemplo , hum cavallo , hum vaso , hum vestido. Bem que em varios lugares dos antigos Escriitores Latinos achão os intelligentes indifferentemente usado o mutuo , ou o commodato para expressar o emprestimo do dinheiro , com usura , ou sem ella ; e tambem o em-

empréstimo das outras cousas , que se havião de restituir taes, e quaes ; com tudo , igualmente se reconhece por outros varios escritos , que os Romanos fazião aquella distincção. Como a linguagem dos homens de letras seja a Latina, e nella costumão os Theologos produzir os seus discursos , e os seus documentos sobre o moral christão ; tambem sobre aquella distincção , que os Romanos fazião no que chamamos empréstimo , fundarão os Moralistas a opinião de que o juro do dinheiro he de sua natureza illicito.

Fazem pois os Moralistas este discurso, e dizem, que no commodato se corre o risco de ter damno a cousa que se empresta ; porque , por exemplo, o cavallo póde aleijar-se, ou cançar demaziadamente ; o vaso póde quebrar-se ; e outra qualquer dessas cousas póde deteriorar-se no seu uso, e valer menos quando a restituirem. Neste caso suppõe que se empresta só o uso , ou seja o commodo da cousa
em-

emprestada; e que se fica conservando a sua propriedade; porém que no mutuo não se corre risco, e effectivamente se cede a propriedade por algum tempo. Em consequencia destas supposições dizem, que do commodato he licito cobrar avanço, proporcionado ao risco de quem empresta; mas não assim do mutuo, em que não se corre risco. Que o fruto daquelle tempo, em que a cousa deixou de ser de quem a emprestou, não póde licitamente pertencer, senão áquelle a quem foi emprestada, o qual nesse tempo teve della o legitimo dominio, em virtude do rigoroso emprestimo; que isso significa o mutuo, ou fazer do meu teu, e vale o mesmo que huma cessão por tempo. Que esta condição se verifica no emprestimo do dinheiro, devendo elle ser restituído sem deterioração, e sem risco de a ter: pelo que, fora illicito o fruto que d'elle recebesse quem o emprestou, do tempo em que não foi seu. Oppondo-se a este discurso, que a cou-

E

fa

fa emprestada a titulo de mutuo, póde não ser restituída por infidelidade, ou impossibilidade do que a recebo; respondem, que ella tambem se póde perder no poder do seu primeiro dono, não havendo cousa que não esteja sujeita a esse risco: além do que não ha obrigação de emprestar, nem ha culpa de não fiar, o que se receia não haja de ser restituído; mas que a ha em receber utilidade, onde não houve risco intrinseco na cousa emprestada, e em gozar do seu fruto, em quanto he alheia, e não propria.

Este discurso he hum edificio exteriormente rebocado com a palavra *mutuo*, a qual tem alucinado a muitos com a sua significação de fazer do meu teu; mas em se penetrando para examinar a qualidade dos seus materiaes, estes se achão tão pouco solidos, que causa admiração haver-se chegado a usar delles; e ainda mais admira, conservar-se tantos tempos em pé huma obra tão mal fabricada.

Dei-

Deixemos de huma vez o mutuo, e o commodato com todas as deducções, que dessas magicas palavras se pertendem tirar, sem nunca se chegarem a entender bem: não tenhamos pejo de fallar Portuguez, dizendo emprestar, ou vender. A acção de emprestar gratuitamente huma cousa, e a de vender o seu uso fruto, são determinadas pela vontade de quem confia a cousa de outrem. Se a vontade he de emprestar gratuitamente, he ocioso, e impertinente disputar, para provar que se não deve lucrar no emprestimo gratuito; porque isso mesmo declara quem diz que o faz gratuitamente. Se a intenção he de vender o uso fruto da cousa que se confia, o preço dessa venda he licito, pela razão de que o uso fruto he accessorio do principal; e que ao dono desse pertence em justiça o que vale o uso fruto. A qualidade mais, ou menos duravel da cousa que se confia, de nenhum modo dá, ou tira o direito de vender o seu uso fruto:

o que authoriza esta venda he a legitima propriedade do dono da cousa ; e o ser ella susceptivel de lucro para aquelle de quem se confia. Dado o caso que seu dono , na confiança que della faz , não corra risco algum nem em razão da sua propria fragilidade , nem pela falta da sua restituição , sempre será innegavel que se o uso da cousa póde dar lucro a seu dono , a este he licito vender esse lucro futuro , porque cede a outrem o que he seu por hum preço livremente convencionado.

Passando agora a tratar do risco do que se empresta , ou aluga : não ha cousa alguma , que se possa largar do proprio poder , sem correr o risco de a não tornar a haver. Parece que nisto mesmo convem os Moralistas ; mas pretendem que não dá direito para o lucro do emprestimo o risco da falta de restituição , senão tão sómente o risco inherente á qualidade da cousa emprestada. A esta pertença nada de novo ha que responder , senão tornar a clamar,

mar, que quem empresta gratuitamente não vende; e quem vende, não empresta: Que a vontade do proprietario da cousa que se confia, he a que determina huma, ou outra acção: Que effe dono tem todo o direito para poder vender o seu uso. fruto, e toda a liberdade para o dar gratuitamente: Que neste caso não ha que tratar da qualidade do risco, senão determinar o senhorio da cousa o que quer dar, e até onde quer dar: E no caso de não querer senão vender o seu uso fruto, então devem, em boa justiça, entrar na consideração do preço, assim o risco proprio do que se confia, como o outro risco da sua falta de restituição. Por esta razão he que hum cavallo, que não vale mais de seis moedas, se aluga muito licitamente a 800. reis por dia; o que corresponde a hum juro de mais de mil por cento ao anno; e o dinheiro se aluga a razão tão sómente de 5. por cento. Esta grande differença he naturalmente fundada em que do

ca-

alugar 1 cavallo

cavallo se correm os riscos de elle se aleijar ; de cançar tanto , que não dure mais tres dias ; de o não restituirem ; e em que demais a mais se conta o preço do uso fruto. Porém do dinheiro , que se aluga , ou se empresta por interesse , não se corre outro risco mais que o da falta de restituição , e conta-se o valor do uso fruto.

; Que ha que replicar a esta resposta ? Poderá dizer-se , que tudo o mais se póde vender , ou emprestar por interesse , conforme a vontade de seu dono ; mas que não se póde vender o uso fruto do dinheiro , porque isto he expressamente prohibido pelas Leis Divinas , as quaes prescrevem de não perceber lucro do dinheiro emprestado. Este argumento já he alheio da natureza das cousas , em que até agora discorremos filosoficamente : já não tem que ver com o que se examina neste Capitulo ; e como torna a entrar na intelligencia das Divinas Escrituras , toca aos Professores dessa parte da Theo-

*Prohibido
Leis
Divinas*

Theologia a decidillo , tendo presentes as razões que a esse respeito ficão expostas nos Capitulos antecedentes.

Para fazer mais evidente que não vem para o caso de que tratamos , as voluntarias supposições do risco do commodato , e da falta de risco no mutuo ; assim como a inconsequencia de que por esse motivo seja illicito o juro do dinheiro , proporemos dous exemplos : Quando dou de arrendamento huma terra de semear , fim me ha de ella ser restituída tal , e qual a entreguei , e não outra em tudo semelhante ; e considerada sómente essa circumstancia , o emprestimo poderia chamar-se commodato ; porém a terra nem se póde deteriorar no seu uso , nem mudar do seu lugar ; e assim pelo systema dos Moralistas , como não corro risco neste emprestimo , elle he da natureza do mutuo ; e deverá não ser licito levar delle avanço : com tudo , parece que até agora isto não veio ao pensamento de pessoa alguma. Ao contra-

trário : emprestando eu dinheiro , he certo que elle não póde ter deterioração no seu uso , porque mo devem satisfazer com outro dinheiro , que valha sem differença alguma o mesmo que o que emprestei. ; Porém quem dirá que não corro risco neste emprestimo? O dinheiro he emprestado para negocio : se o devedor for nelle mal succedido, fica impossibilitado de me restituir o que lhe emprestei. Elle sim corre o risco de me ser devedor, com o pejo de me não poder satisfazer; mas eu sou o que verdadeiramente corro o risco de perder o dinheiro. Quando fiz confiança do devedor , eu o tinha por verdadeiro ; mas na realidade não o era ; e não ha cousa mais facil do que enganar-se qualquer, no conceito que fórma de outro. Os vicios , ou a imprudencia , o fizeram gastar mais do que podia : a cubiça lhe perverteo a vontade : sustenta hum porfiado , e custoso pleito : forma mil trapaças : em fim chega ao ponto de
 não

não querer, ou não poder pagar-me o que me deve. Se eu confiasse humas casas de aluguer, ou huma terra por arrendamento, poderia perder a renda de seis mezes, ou de hum anno; mas as casas, e a terra poderião facilmente tornar ao meu poder; era muito mais remoto o risco de perder o meu principal. ; Pois que: Será licito lucrar eu na confiança que fizer das casas, ou da terra, em que corro pouco maior risco que o do preço da renda; e não me ha de ser licito cobrar o juro do dinheiro, em que corro todos os riscos que ficão representados? São elles effectivos, ou arbitrariamente imaginados? Elles se provão melhor com a diaria experiencia, do que com os mais concludentes discursos.

Com este ultimo exemplo se responde tambem ao argumento de que o dinheiro se póde perder no poder de quem o confia, igualmente que no poder do devedor; pois que esse risco remoto não tem paridade com o outro
tão

tão proximo , de não se tornar a receber o dinheiro que se emprestou , como fica demonstrado. Finalmente , a distinção do risco , ou não risco intrinseco da cousa emprestada he arbitraria , e ociosa : nada conclue a razão que se pertende tirar deessa distinção , para provar que he licito o lucro do commodato , e illicito o lucro do mutuo : e não ha razão plausivel , pela qual deixe de ser devida , ao que confia o dinheiro , huma competente indemnização pelo risco da falta da sua restituição.

Quanto á abstenção da propriedade da cousa emprestada , que se figura , pelo tempo que dura o emprestimo , essa he outra supposição ainda mais arbitraria , e insubsistente , que vem arrastada só para sustentar o imaginado argumento do risco , ou não risco do commodato , e do mutuo. Quem cede o uso fructo de huma cousa , ou seja gratuitamente , ou por interesse , tanto não entende de se abster da

da sua propriedade, que sempre chama a cousa sua ; e em qualquer dos dous casos , tem acção legitima para requerer juridicamente a sua restituição , se succede difficultalla quem della está usando. Aqui são superfluas maiores provas ; pois que contra esta verdade , parece que não poderá formar argumento senão algum louco.

De outras razões menos especiosas , e igualmente inconcludentes usão alguns Moralistas , bandejando sempre a palavra mutuo ; voltando-a de todos os modos ; e pertendendo com a vista della , por huma , ou outra face , de provar que o lucro do mutuo de sua natureza he usura ; mas quem está fixo na intelligencia de que , para fazer bom uso da razão , não lhe he necessario de entender outra lingua do que a nacional ; e concebe claramente que , quando empresta de graça ; não entende de levar lucro do emprestimo , tão pouco póde deixar de se persuadir , de que quando empresta por negocio o
seu

seu dinheiro , e quando não tem motivo , ou obrigação de o emprestar gratuitamente , não pôde haver Lei Divina , ou humana , que lhe prohiba de lucrar o preço do uso fructo , que he accessorio do seu principal , e regulado pela Lei do Reino : e assim quando o ameação com a torpeza do enorme lucro do mutuo , abre os olhos de admirado , e não comprehende o que se lhe quer dizer.

C A P I T U L O V.

Titulos , pelos quaes achão os Moralistas que he licito o juro do dinheiro.

Não podia a necessidade de dar dinheiro a juro , para ter effeito o commercio , occultar-se tanto á intelligencia dos Theologos Moralistas , que não advertissem a contrariedade que resulta do seu systema entre os documentos das Sagradas Escrituras , di-
ri-

rigidos á vida eterna ; e as urgencias da vida civil , a qual não deixa de ser obra da Divina Providencia. Meditando na opposição em que a illegitimidade intrinseca de juro do dinheiro viria a constituir aquelles dous diversos interesses , pareceo-lhes achar modo de os conciliar, fazendo licito o juro com as condições que independentemente do seu mutuo descobrirão que podia haver nesse contrato. Destas condições , as duas mais geraes em que todos convem , são estas. 1.^a Que quem empresta o dinheiro , possa effectivamente , ou com probabilidade , lucrar de outro modo com elle ; e a este lucro , de que se priva emprestando , chamão lucro cessante. 2.^a Que de emprestar o dinheiro lhe resulte damno , o qual chamão emergente.

Outros diversos titulos achão varios Moralistas , que podem tambem fazer licito dar dinheiro a juro , quaes são : o risco da sorte principal , ou de perder o dinheiro que se empresta:
 não

não ser pago o juro adiantado : sentença do Juiz , que condemne a pagar os juros ; e serem estes doados gratuitamente por quem os paga , e não estipulados a titulo de pagamento por quem empresta.

Estes titulos , dos quaes se entende ser bastante cada hum delles para fazer licito o juro do dinheiro , vem na pratica a ser causa de huma nova , e maior confusão ; porque fazem depender da imparcial , e exacta exposição do interessado ; e da prudente , e alumiada consideração do Moralista consultado , o conhecimento da verdadeira natureza do emprestimo , para ver se nelle se dá algum daquelles titulos , que fazem licito o juro. Ora como os pareceres são facilmente duvidosos , conforme a boa , ou má intelligencia de quem expõe , e o modo de considerar o caso proposto por quem o ha de regular ; dahi resulta huma continuada incerteza , que faz ser esta materia sempre problematica.

Além

Além do que , fica existindo a desconfiança do que he illicito em geral , para influir na decisão particular , e fazella injusta em muitos casos.

Das condições requeridas , para ser licito o juro do dinheiro , só as tres do lucro cessante , damno emergente , e perigo de perder o principal , carecem de alguma discussão ; porque a sentença do Juiz , fundada na Lei Civil , a qual se não deve suppôr que possa ser contraria ás Leis Divinas , ninguém ha de negar que seja hum titulo legitimo ; mas he impossivel que esse titulo se dê em todos os casos ; ou diriamos que não se póde pagar juro , sem correr primeiro huma demanda , e isto fora hum absurdo. ; Prouvera a Deos que no Mundo não houvesse nem huma ! A dilação do pagamento do juro he insufficiente para authorizar a sua percepção ; e a doação gratuita do mesmo juro , pela pessoa que recebe o dinheiro , he hum subterfugio , que não devêra lembrar a quem procede de boa fé.

Va-

Lucro
cessante

(80)

Vamos agora ao lucro cessante.
A primeira vista se descobre que elle se verifica geralmente nos que fazem commercio por officio ; bem que não poucas vezes succede duvidar-se , sem bastante fundamento , de lhes attribuir por esse motivo o juro do seu desembolso. Porém nem só os que professão o commercio fião por interesse : todas as pessoas de qualquer outra qualidade que o podem fazer , experimentarão lucro cessante , se emprestarem gratuitamente : taes são os senhores das terras , os lavradores , os fabricantes , e os mestres dos officios. Qualquer destes , que tiver dinheiro de sobejo , depois de acudir ao seu necessario sustento , e ao seu tratamento competente , o poderá empregar com razoavel esperanza de lucro nos objectos da sua profissão , ou do seu interesse ; já em cultivar novas terras , ou em melhorar , e augmentar a cultura das que possue ; já em se prover em maior quantidade , ou por preços mais commodos dos

dos materiaes necessarios para as suas obras ; já em empregar maior numero de officiaes , e recompensar melhor os mais peritos , augmentando assim a sua utilidade : se emprestar sem juro , privava-se desse lucro , e nelle se verifica o lucro cessante.

; Além das pessoas destas classes, quaes são as que podem emprestar, ou fiar sem experimentar lucro cessante? Dirão que todos os que vivem de jornal, ou de ordenados fixos; e todos os Ecclesiasticos, que tem rendas. Responde-se, quanto aos primeiros, que se elles tem dinheiro de sobejo, com esse dinheiro os officiaes podem ser mestres, e fabricantes; os trabalhadores podem ser lavradores; e qual-quer delles póde adquirir bens de raiz, susceptiveis de rendimento. E quanto aos Ecclesiasticos se responde, que pelas Leis Canonicas lhes não he prohibido de fazer fructificar, e augmentar os seus bens móveis, ou immóveis, em quanto o executarem por hum mo-
F do

do decente , que não prejudique ao respeito que devem conservar na opinião geral para o bem da Religião. De sorte , que todos os homens , que tem de feu alguma cousa mais , do que lhes he necessario para viver dia por dia , vem a achar-se no caso de negociar os seus bens ; e na precisão de o fazer , se forem prudentes , ainda que de sua profissão não sejam , nem possam ser commerciantes. A pobreza voluntaria muito menos seguida , do que professada , he , quando verdadeira , huma virtude sublime ; mas aqui não tratamos senão das regras ordinarias para a observancia da Justiça. Todas as vezes que desta nos não apartarmos , o trabalhar moderadamente para ter mais , não só não he prohibido , mas he louvavel , porque he exercitar a diligencia para não cahir em pobreza , quando o nosso Pai Celestial nos encaminha a não sermos pobres. Deixemos-nos guiar pela sua sabia Providencia , pois que elle conhece melhor do que nós

Damno emergente

nós mesmos o que nos convem. Não he crime o ser rico, senão o não usar da riqueza como se deve.

Quanto ao damno emergente, se por esta expressão se entende restrictamente a falta que póde fazer o dinheiro para acudir ao proprio sustento, e tratamento necessario de quem o empresta; he certo que esse damno se verificará não poucas vezes nos que não são muito ricos, ainda que tambem não se chegará a verificar em muitos casos; assim como igualmente succederá não deixarem de ter que comer alguns daquelles, a quem se furtar parte dos seus bens. ; Mas que tem que ver esse inconveniente particular com o damno geral de deixar de procurar lucro, quando he licito nos termos da justiça de o diligenciar? Não se descobre razão alguma, pela qual se deva entender o damno emergente em outro sentido do que offerece naturalmente esta expressão, qual he de principiar o damno no mesmo ponto em que ces-

fa o lucro ; pelo que vem a incluir-se o damno emergente no lucro cessante ; e a separação destes dous titulos he evidentemente huma especulação ociosa , e inutil.

Dizem que os que tem dinheiro não achão sempre prompto o modo de o empregar em bens de rendimento ; ou em negocio ; e que muitos por falta de intelligencia não podem tirar proveito do dinheiro com o seu emprego ; pelo que os que se achão nesses casos , poderiam emprestar gratuitamente sem experimentar lucro cessante. Responde-se , que a inacção do dinheiro por falta da occasião de emprego util , he naturalmente a cousa mais rara , que ha no commercio humano ; de forte que essa occasião nunca se demoraria , senão fosse a falta de huma prudente segurança do principal , a qual não chega a ser infallivel , ainda que se empreste com hypotheca , como diariamente succede nas reclamações dos penhores , pelos que pertendem ser os
seus

seus legitimos proprietarios. Além de que , a segurança do principal he igualmente arriscada no emprestimo gratuito , pois que essa qualidade não constitue maior certeza na sua restituição ; mas se em hum dia não ha , póde em outro haver a occasião propria de empregar utilmente o dinheiro ; e assim quem hontem emprestou por favor , e hoje perde a occasião que se lhe offerece de lucrar com razoavel segurança , experimenta falta de lucro , e o damno que resulta dessa falta.

Aquelles que não tem a intelligencia necessaria para negociarem por si mesmos o seu dinheiro , facilmente se poderião interessar em lavouras , fabricas , lojas de officios , commercio , e outros empregos de lucro , administrados pelos peritos , para repartirem com elles o ganho : se o não fazem , he porque a experiencia tem mostrado que o melhor modo de evitar as discussões , dúvidas , e contendas , que costumão haver nos ajustes de contas

en-

entre os intelligentes , e os que o não são , he concorrerem estes para os negocios por outro modo mais breve , e mais claro , qual he o de contribuirem com o emprestimo do dinheiro ; e os peritos com a sua intelligencia , com o seu trabalho , e até com o seu risco ; ficando os primeiros com huma parte certa do lucro , não arbitrariamente convencionada , mas já determinada pela Lei para a generalidade de semelhantes negocios , cuja parte he o lucro de que se trata , e ficarem os outros com todo o mais lucro que puderem conseguir.

O outro titulo , que requerem varios Moralistas , do perigo de perder o principal que se empresta , he tão certo em toda a qualidade de emprestimos , e tão evidente a qualquer pessoa , que não se alcança a razão por que se entende , que possa não haver esse titulo. Se se tratasse de hum perigo mais , ou menos remoto , poderia este ser hum motivo plausivel para au-
tho-

perda o principal

thorizar a dúvida; mas considerado em geral, parece de todo insubsistente. He axioma Politico, fundado na experiencia, que do dinheiro dado continuamente a juro, dentro de cem annos se perde o principal.

Parece pois indubitavel que não ha emprestimo de dinheiro, em que se não verifiquem o lucro cessante, o damno emergente, e o perigo de perder o que se empresta; ou ao menos em que não haja huma disposição proxima, e provavel, para que aconteção esses tres inconvenientes; cada hum dos quaes he sufficiente na opinião dos Doutores Catholicos, para fazer licito o juro do dinheiro: e isto basta para entender que aquelles, que especulativamente o considerão illicito em geral, de facto não só o approvam na maior parte dos casos particulares, mas, conforme aos seus mesmos principios, o approvam em todos os que se podem offerecer de dar dinheiro a juro, com esperanza de utilidade recipro-

proca de quem dá , e de quem recebe , se tivessem da natureza , e circumstancias dos negocios o inteiro conhecimento , que ordinariamente não tem , cuja falta se manifesta na variedade , e incerteza das suas opiniões , quando decidem nesta materia.

Destas considerações se tira a consequencia , de que não sendo os titulos , ou condições , que requerem os Moralistas , os que constituem em certas circumstancias a legitimidade do juro do dinheiro , porque esses titulos se dão geralmente em todos os casos , que podem offerecer-se de emprestar por interesse ; fica sendo o juro do dinheiro de sua natureza licito , ou illicito : se a legitimidade se tem por contraria ao sentido em que a Igreja entende as Sagradas Escrituras ; a illegitimidade parece por todos os modos contradictoria á natureza do dinheiro , e á necessidade do commercio para a vida civil : as Leis , que nos Estados Catholicos authorizão dar dinheiro a
ju-

juro , são oppostas ao que prescrevem as Leis Divinas. Esta contradicção , em tal caso manifesta , não póde existir pela natureza das cousas ; e ha necessariamente alguma razão de concordancia , que se ignora , ou não se concebe com a necessaria clareza , a qual importa muito que se faça evidente , para evitar a confusa desconfiança que ha nesta materia , e envolve as prejudiciaes consequencias , que adiante se hão de expôr.

C A P I T U L O VI.

*O emprestimo gratuito aos que o necessitam
he positivamente ordenado pelas
Leis Divinas.*

OS Preceitos do nosso adoravel Mestre , e Redemptor nos dous lugares citados dos Evangelhos parecem ser particular , e positivamente dirigidos a impôr a obrigação de exercitar a caridade com o proximo. Tra-
tai

tai aos homens, diz o Senhor, segun-
do refere S. Lucas, do mesmo modo
que vós quizeréis que elles vos trata-
sem a vós. ; Senão amais senão aos
que vos amão, que merecimento tereis
nisso ? Os peccadores também amão
aos que os amão. ; Se fazeis bem aos
que vos fazem bem, que muito he ? Os
mãos fazem o mesmo. ; Se emprestais
áquelles de quem esperais receber o
mesmo favor, que agradecimento se
vos póde ter ? Também os mãos em-
prestão para receber igual beneficio.
Vós pois amai aos vossos inimigos, fa-
zei bem a todos, e emprestai sem *disso*
esperar cousa alguma, e assim fereis
filhos do Altissimo, pois elle he be-
nigno ainda com os ingratos, e com
os mãos. O mesmo substancialmente
refere S. Mattheus; e fallando do em-
prestimo, se explica com estas pala-
vras : *Qui petit a te, da ei, & volenti
mutuare a te, ne avertaris.*

De que estes sagrados Textos nos
impõem a obrigação de emprestar gra-
tuit-

tuitamente, ninguém o duvida; mas se elles tambem incluem o preceito geral de emprestar gratuitamente o nosso dinheiro em todos os casos que cedermos d'elle o uso fructo; e de fazer doação deste a quem o não necessita, ou quando nós o necessitamos mais, isso he o que devem determinar os Theologos, advertindo os inconvenientes que necessariamente dahi houverão de resultar a respeito da sociedade civil. Entre tanto discorrendo á luz da razão, e assentando o discurso no firmissimo fundamento de que, para alcançar a vida eterna, devemos exercitar a justiça, e a caridade; daqui se tira por consequencia que a justiça se deve observar com todos, e em todos os casos indispensavelmente; e que a caridade para ser bem ordenada, deve principiar por nós mesmos, e depois continuar com o proximo. Donde tambem resulta, que em todos os sagrados Textos relativos á questão de que se trata, o emprestimo gratuito nos he

*A caridade bem ex-
ordenada deve ser prime-
ira e principal*

expressamente ordenado , assim como a esmola ; e que he condemnada a usura , no sentido em que essa palavra significa , hum peccado gravissimo contra a justiça , e contra a caridade pelo damno que causa ao proximo ; mas não o juro moderado , estabelecido pela necessidade do commercio , indispensavel na vida civil , e authorizado pelas Leis temporaes , todas as vezes que esse juro não for contrario a alguma daquellas duas virtudes. Hum homem , que não larga o dinheiro da mão , senão com o sentido no interesse , para lucrar juro , e nunca para fazer bem ao seu proximo constituido em necessidade , he justamente reputado por usurario. Aquelle , que attende á caridade igualmente que á justiça , com huma prudente economia , ainda que dê dinheiro a juro por negocio , e a seu entender para negocio , como seja ao preço limitado pela Lei , não merece esse odioso titulo. Devemo-nos soccorrer huns aos outros , em quanto nos for
pos-

possível , e a elles necessario ; não só por devoção , mas tambem por positiva obrigação ; mas não a temos de dar a outrem o que elle não necessita , e nós necessitamos. He necessario que os ricos soccorrão aos pobres , dando-lhes esmola. Tambem he necessario que ajudem aos que não são inteiramente pobres , emprestando-lhes gratuitamente. A esmola deve ser regulada pela possibilidade do que a dá , e pela necessidade do que a ha de receber : o emprestimo gratuito segue a mesma regra , guardando a proporção das diversas circumstancias. A esmola inteira he devida ao que expressamente se dá por pobre , ou áquelle a quem o seu pejo , ou a sua condição impedem de pedir como pobre. A meia esmola , ou o emprestimo gratuito , he devido ao necessitado , ao meio pobre , áquelle ao qual com esse beneficio podemos impedir de cahir em total pobreza , e de cuja probidade esperamos nos restituirá o que delle confiamos , ainda que
pos-

possa acontecer não-se verificar essa esperança. Isto he o que dicta a caridade christã : este he o sentido que parece mais natural , e conforme ao espirito das Sagradas Escrituras.

Se assim o entenderem os Theologos; se assim o declarar a authoridade legitima , ficará sendo indisputavel que o juro do dinheiro não he de sua natureza illicito , como até agora muitos tem entendido , ainda que confusamente ; e com essa formal decisão virão a cessar as dúvidas , e incoherencias que ficão notadas. A execução dos preceitos Divinos a este respeito se reconhecerá ser facil , e suave como em tudo o mais , e conforme áquella admiravel Providencia , que não menos tem ordenado os meios necessarios para a nossa subsistencia temporal , que as regras saudaveis para a pratica da justiça , e para a felicidade eterna. As Leis humanas, que a necessidade daquella subsistencia obriga a promulgar , não encontrarão , antes se conformarão
mui-

muito bem com as Leis Divinas, e tudo correrá de plano. Huma cousa he emprestar ao necessitado por caridade, e outra he dar a juro ; que he o mesmo que vender ao que não necessita, por interesse reciproco, e por negocio. A primeira acção he de todos os tempos ; a sua obrigação he impreterivel ; o preceito que a impõe he o que propria, e particularmente toca á economia espirital. A segunda acção he accidental, pôde ter mudança, conforme as diversas circumstancias dos negocios humanos ; e he a que pertence á economia temporal. ; De outra forte poderia o Governo civil permitir formalmente o que as Leis Divinas prohibissem ? Isto não he crível. Allega-se o exemplo das mulheres meretricas : sim são toleradas, mas não ha, nem pôde haver Lei que as approve. O caso he muito diverso a respeito do juro do dinheiro : o Governo civil o authoriza por muitos modos, prescrevendo-lhe sim hum limite, para que a desordena-
 da

tolera
 das

da cubiça não usurpe o alheio ; e para que os Ministros da justiça possão com essa regra fixa attribuir a cada hum o que he seu. O lucro cessante , o damno emergente , e o perigo de perder a sorte , explicando-nos com os termos Facultativos , são maiores , e menores , conforme as diversas circumstancias : era necessario que o uso fructo do dinheiro tivesse hum preço medio , regulado , e geral para todos os casos. Este preço he presentemente em Portugal determinado pela Lei a finco por cento : logo o juro de finco por cento pela sua natureza he licito , he necessario , he indispensavel. A usura consiste agora , assim como consistio em todos os tempos , em levar juro a hum necessitado , ao qual se póde emprestar gratuitamente ; e tambem em vender o uso fructo do dinheiro ao não necessitado por maior preço daquelle que prescreve a Lei. A usura , no primeiro caso de extorquir juro do necessitado , mal póde ser julgada em outro foro que não seja
no

Lei
fixa
juro
5%

usura

no interno : no segundo caso de exceder o juro ao preço da Lei , he que pertence igualmente ao foro externo, que ao interno. Finalmente o juro he totalmente diverso da usura. Se antigamente se confundião estes dous nomes , depois com o uso regulado do commercio se tem reconhecido a necessidade de attribuir a cada hum delles a accepção propria , que agora geralmente tem na intelligencia commua : por tanto , he tambem indispensavel conservar-lhes na especulação o mesmo significado , sem esquadriñar motivos para se apartar do vulgo , no natural sentido que este lhe dá , quando os não póde haver bem fundados. Com esta clareza virão a cessar assim a confusão que ha nesta materia , como as equivoções que frequentemente acontecem nas resoluções particulares a respeito do juro , e da usura.

Mas o que principalmente se deve notar he , que da opinião , pela qual se tem o juro do dinheiro por illicito

de sua natureza , em razão dos sagrados Textos , que condemnão a usura , não tem resultado bem algum na pratica do moral Christão ; antes vemos ao contrario , que por esse systema he não poucas vezes maculada a sua pureza ; porque obrigando a necessidade , fundada na experiencia , a permittir a cada qual de dar o seu dinheiro a razão de juro , se abusa daquelles sagrados Textos , para apadrinhar aos que procurão eximir-se de pagar o juro em muitos casos em que realmente o devem : e o que he ainda peor , a poucos lembra a caridade Christã , para a qual elles forão indubitavelmente propostos. Esta palavra *Caridade* , que não deixa de ser parte da justiça , se toma confusamente por hum nome vago ; e as suas obrigações se considerão mais como conselhos dirigidos á maior perfeição , do que como preceitos indispensaveis para a vida Christã. ; Ora não he de recear que os nossos inimigos possão increpar-nos de que

que nesta intelligencia attendemos mais á satisfação da nossa cubiça, do que á verdade; explicando nós aquelles preceitos Divinos por hum modo tal, que só na especulação se verifica a sua observancia, e na pratica senão chega a effectuar?

C A P I T U L O VII.

*Inconvenientes que resultão da descon-
fiança que ha na legitimidade do
Juro do Dinheiro.*

PRescindindo da verdadeira intelligencia, que se deve dar ás expressões das Sagradas Escrituras, a respeito da usura, e do mutuo, parece que a inclinação dos Theologos a fundar nessas expressões o conceito da illegitimidade do juro do dinheiro, lhes faz perder de vista a obrigação positiva que impõe, especialmente as duas allegadas do novo Testamento, para exercitar a caridade com o proxi-

mo. Pelo contrario, os Magistrados, que administram a justiça no foro externo, quanto são mais propensos á piedade, e a guiar-se pelos seguros dictames da Religião, tanto mais desconfião da legitimidade do juro do dinheiro, por verem que elle he suspeito aos Theologos. Em geral se observa nos Moralistas huma grande facilidade em dispensar aos ricos da obrigação de socorrerem aos necessitados, dando, ou emprestando gratuitamente; e nos Juristas huma grande difficuldade em attribuirem como divida os juros do desembolso do dinheiro: quando parece que a recta justiça requiere de huns, e outros hum systema contrario do que praticão.

A cubica communmente representa aos ricos muitos motivos especiosos, pelos quaes lhes parece, ou affectão de entender que não tem obrigação de socorrer aos necessitados com esmolas, ou emprestimos gratuitos proporcionados á sua possibilidade. No

Tri-

Tribunal , onde são julgadas as consciências , he que deve haver huma prudente desconfiança em acreditar as suas desculpas ; e hum saudavel rigor em não dispensar facilmente aos que podem repartir com o seu proximo , de huma obrigação tão positiva , e tão conforme ao espirito do Christianismo.

O patrimonio dos pobres , e dos necessitados se acha depositado pela Divina Providencia nas mãos dos ricos. ; Esses proprietarios de grossas rendas ; esses homens endinheirados ; mesquinhos para enthesourar , ou furiosos desperdigadores para arremedar a fidalguia , que são senão os thesoureiros do Soberano Senhor do Universo ? Se elles applicassem sequer a metade do que lhes deve sobejar , vivendo commodamente , em praticar a caridade , como tem obrigação de o fazer , talvez que aquelle misericordiosissimo Senhor perdoasse a esses seus depositarios a falsa prudencia , e a vaidade que lhes inspira a fraqueza humana ,

na, para reservarem, ou gastarem inutilmente mais do que devêrão : mas que elles não repartão da sua riqueza com os pobres, senão algumas migalhas de que não fazem caso ; que não arrisquem, emprestando gratuitamente aos que sem esse soccorro serão pobres ; que opprimão com vexações aos que sabem não podem pagar o que lhes devem ; esses são abusos criminosos, e intoleraveis do depósito que lhes he confiado ; e toca aos Juizes das suas consciencias a declarar-lhes sem lisonja a sua impreterivel obrigação ; a reprehendellos severamente da sua crueldade ; e a pronunciar contra elles a sentença, que nestes casos dicta a Divina Justiça.

Tambem a vaidade, a preguiça, a má fé, ou ainda a cubiça, induzem a muitos homens a cogitarem pretextos, ou trapanças para se eximirem de pagar o que devem. Deverião por tanto os Legisladores, e os Juizes das acções externas propender antes á des-

con-

confiança contra o devedor , que demora o pagamento ; que difficulta de pagar o juro a que se obrigou , ou a que naturalmente he obrigado ; do que contra o crédor pelo confuso receio da usura , muitas vezes mal entendida. Esse juro he hum accessorio do principal ; he huma compensação do lucro cessante , e do damno emergente , os quaes são infalliveis em qualquer crédor. No foro externo raras vezes se póde conhecer a verdadeira usura , se não he no excesso do preço do juro. Quando este não se verifica , ou não se presume , o juro he naturalmente devido ; e são muito maiores , e mais frequentes os damnos que resultão da tibieza da justiça na attribuição do juro devido , dos que podem resultar do seu rigor , em obrigar alguma vez ao pobre a satisfazer o juro ao seu crédor rico , por ser este hum mal que na jurisdição civil se não póde evitar. A este respeito proporemos algumas reflexões particulares.

Juracao
Juro
 O juro ou he positivamente estipulado, ou não : se he convencionado no limite prescripto pelas Leis, já estas obrigão ao devedor a satisfazello; menos no caso de mudança de estado, quando deixa de figurar o interesse desse originario devedor, e lhe succede por incidente o dos seus diversos crédores. Se o juro não he estipulado, tambem são raros os casos, em que a Lei o não deva attribuir ao crédor, como preço devido do uso fructo do seu dinheiro na demora do pagamento do principal. Em todas as dividas a commerciantes, parece indubitavel que o juro he devido, seja, ou não estipulado pela demora do pagamento além do termo convencionado; e assim se julga nas jurisdicções consulares, naquellas terras, onde ellas decidem sobre os interesses dos negociantes, com o conhecimento pratico que communmente falta aos Juristas. Igualmente he injusta a distincção que ás vezes se faz da divida procedida de lucro, da que

que consta só do principal, para dene-
gar o juro no primeiro caso. Não se
trata aqui do juro do juro, o qual re-
gularmente he exorbitante, senão dos
lucros proprios do commercio. O lu-
cro do negocio, de que procede a di-
vida, foi computado pelo tempo que
se considerou duraria o desembolso,
conforme a espera estipulada para o
pagamento: cumprido esse tempo, já
o lucro he principal, e divida rigoro-
sa; quem a não satisfaz, causa lucro
cessante; e se se desconfia deste lucro,
he por não se conhecer bem a nature-
za da profissão mercantil. A cubiça
particular de cada negociante sim pro-
cura sempre de alcançar o maior lucro
que lhe he possível; mas ao encontro,
a competencia de muitos commercian-
tes nos mesmos negocios restringe na-
turalmente, e com igual vigor o lucro
de cada hum; de sorte que, o nego-
ciante prudente, para não ficar arrui-
nado, e para lucrar alguma cousa, he
obrigado a usar por systema constante
de

*Lucro
e juro*

*Lucro
e juro*

*Concor-
rencia*

de duas cautelas : huma he , repartir os riscos de tal modo , que a perda de huns negocios venha quando menos a fer compensada pelo ganho de outros ; a outra he ter sempre o dinheiro empregado , para que as necessarias despezas do seu negocio , e da sua casa , que não parão , sejam compensadas pelo avanço do seu principal. Nestes dous objectos consiste principalmente a arte mercantil ; assim como a natural opposição da cubiça de cada commerciante , com a concurrencia de outros muitos ao mesmo fim , he huma parte effencial da grande utilidade do commercio , a respeito do interesse commun do Estado. Isto se entende do commercio bem regulado , qual se deve suppôr , e deixado na sua liberdade , sem as preferencias particulares que constituem os monopolios , ou sem mal entendidas providencias , que dem huma illicita vantagem aos que facilmente as podem fraudar. Dahi vem o axioma politico , que a liberdade he a alma do commercio.

Nas

*Objectivo
do
commerciante*

*de instrumentos
do commercio*

Liberdade

Nas dividas de negociante a negociante , ainda com maior razão he devido o juro da demora do pagamento , bem que não seja estipulado ; não só porque o lucro cessante de hum em beneficio do outro he manifesto , como tambem porque não he de presumir que o devedor se haja deixado fraudar pelo crêdor por falta de intelligencia , ou obrigado da necessidade urgente para o seu sustento , como poderia acontecer a huma pessoa de outra profissão. Sim succede muitas vezes que o negociante toma dinheiro a juro , não para lucrar com elle , senão para acudir á pontualidade dos seus pagamentos , e á conservação do seu credito ; mas para remediar a esta urgencia não póde ordinariamente concorrer nenhum dos outros negociantes , aos quaes o decadente a occulta com grande cuidado ; e ainda quando elles tenham diffô noticia , ou presumpção , sómente são obrigados a acudir-lhe gratuitamente , em quanto o puderem
fa-

fazer , sem grave prejuizo proprio , e sem se constituirem na mesma infelicidade em que o outro se acha pela sua imprudencia , ou pela sua pouca fortuna.

*dividas
poucas*

Quanto ás dividas entre os que não são commerciantes , parece que igualmente dellas se deveria attribuir ao crêdor o juro da Lei , ainda quando não he estipulado ; e isto em razão da natureza do uso fruto do dinheiro , ou seja do lucro cessante. Só pôde haver excepção no dinheiro confiado por depósito , se he restituído assim que seu dono o pede: no que do mesmo modo conservão em seu poder o Testamenteiro , ou o Curador pelo tempo necessario para o empregar , ou para d'elle dar conta a quem toca : no que se empresta por breve tempo sem condição de juro , quando he satisfeito sem demora consideravel , a qual nesse caso deveria entender-se licita sómente até hum anno : e assim nas mais circumstancias desta , ou outra semelhante qualidade. Mas hu-

humavez que o dinheiro emprestado, ou depositado for retido pelo devedor além da vontade do crédor, parece conforme á justiça que este deve vencer juro da demora do pagamento, ou restituição, todas as vezes que o requerer.

Em nenhum outro paiz he mais necessaria a exacta administração da justiça, na attribuição competente do juro do dinheiro, quanto o he em Portugal; porque neste Reino a impontualidade dos devedores no pagamento do que devem, tem chegado a hum tal excesso, que não póde ser maior em alguma outra parte do Mundo. Esta impontualidade procede mais do máo costume, do que da necessidade; e se sustenta do errado conceito que formão as mais das pessoas, de que não faltão á justiça, confessando que devem, sem nunca usar dos meios proprios para poderem pagar: que não he contra a decencia, e o pundonor prometter, e faltar, obrigar-se, e ter em pouco o

cum-

Recado
 cumprir. ; Que outro remedio para curar este inveterado mal póde haver tão efficaz , quanto fora o de obrigar aos devedores impontuaes a pagarem infalivelmente os juros das demoras quasi sempre voluntarias , ou procedidas da imprudencia? Esse faudavel rigor obrigaria a muitos a viverem com conta, e melhor governo; e deſſa boa ordem ſe ſeguiria hum dos maiores proveitos, que as diligencias do Governo Civil podem procurar á Religião , e ao Eſtado. Pelo contrario , da impontualidade habitual da maior parte das gentes , fortificada pela deſconfiança dos Moralistas, na legitimidade dos juros; e pela repugnancia dos Miniftros da Juſtiça na ſua attribuição , reſultão os graviffimos damnos que ſe vão a referir.

Portuguezes do impio Brazil
 1.º A facilidade com que ſe animão a reter o alheio as peſſoas de todas as qualidades , e eſpecialmente os nobres , os poderofos , e os commerciantes, confiados em que o peor que lhes

lhes pôde acontecer , he virem a pagar só o principal , depois de muitos annos de frivolas desculpas , ou de litigios , extorquindo assim o uso fructo do dinheiro injustamente retido.

2.º A oppressão dos crédores pouco remediados , ou indigentes (que taes são os mais delles) obrigados a pagar por maior preço todas as cousas necessarias para o sustento , e indispensavel tratamento , sem acção juridica para serem indemnizados pelos devedores , que lhes causão esse damno , e tem a possibilidade de o refarcir.

3.º A desordem , e a ruina do commercio , pela falta de pontualidade nos pagamentos , já tão usual no Reino , e muito mais nas Colonias , que authoriza aos Estrangeiros , com os quaes negociamos , a serem impontuaes sómente a nosso respeito ; de tal sorte , que serão reputados fallidos de credito , se com hum negociante de outra nação não cumprirem no dia prefixo com o pagamento promettido ; mas
sen-

fendo o negocio com Portuguez , se entende geralmente que lhes he lícito usarem connosco o mesmo que com elles praticamos.

4.º A introdução de muito maior quantidade de mercadorias estrangeiras , das que o Reino , e Conquistas podem consumir pela facilidade dos compradores , que nada arriscão em se obrigarem a pagar a hum anno , quando bem sabem que em varios annos não poderão satisfazer com o que ellas produzirem : do que tem resultado o empenho da Nação , e em parte a falta de augmento nas nossas manufacturas.

5.º A multiplicidade de negociantes em grosso , e de mercadores para vender por miudo , sem cabedaes , sem intelligencia , e sem conducta razoavel , os quaes se arroçam a seguir hum exercicio ainda muito arriscado para os que nelle entrão com essas disposições ; e por tanto infallivelmente ruinoso para os que dellas carecem : de que resultão

tão interminaveis damnos, originados da facilidade que ha em negociar com o cabedal alheio ; sem indemnizar aos crédores dos perjuizos da demora da fatisfação ; e sem que os vendedores possão eximir-se de fiar dos aventureiros, porque a desordem geral do commercio faz que sejam muito raros os compradores abonados.

6.º Fechar-se o dinheiro ; e não girar em beneficio do Estado, como aliás succederia se o commercio fosse bem regulado entre os que o exercitão ; e não mostrasse a experiencia que he tão ordinaria a impontualidade dos negociantes Portuguezes, como a exactidão dos commerciantes nas terras estrangeiras ; em quanto a ultima necessidade os não obriga a declararem-se formalmente fallidos.

7.º Crescerem as usuras palliadas na mesma proporção em que se impede , ou difficulta a licita utilidade do juro do dinheiro ; circumstancia esta por si só digna da maior attenção , e

H que

que necessitaria de mais dilatada escripta para se fazer evidente aos menos praticos dos negocios.

8.º Augmentar-se o preço natural do uso fructo do dinheiro , quando a utilidade geral do Estado requere que elle venha naturalmente a reduzir-se ao menos que he possivel , como se acha demonstrado pelos melhores Politicos , e particularmente pelo Inglez Josias Child no judicioso Tratado que escreveo desta materia. Aqui se deve notar , que sendo o commercio o que regula insensivelmente o preço natural do juro , costumando-se o Legislador guiar por elle para a determinação do preço Legal , neste Reino não póde essa regulação ser coherente , em quanto durar a desordem geral que ha no nosso commercio ; donde vem que o preço legal do juro sempre he menor que o preço natural ; e que consequentemente são inevitaveis as verdadeiras usuras ; e não menos os damnos que resultão dos mesmos remedios , que
con-

*8.
J. Child
Portugal
mas
tem
ordem*

contra ellas se presume de pôr em pratica.

Todos estes inconvenientes são effectivos , e ninguem deixará de os reconhecer verdadeiros , se der huma particular attenção ao que diariammente succede a esse respeito no curso dos negocios. ; Oxalá fossem estas sómente especulações da fantasia , ou desordens de leves consequencias !

C A P I T U L O VIII.

Inconvenientes que se podem considerar no furo do dinheiro , no caso de ser estabelecido de rigorosa justiça.

O Primeiro inconveniente que se póde advertir, he, que como o pezo da justiça costuma cahir mais facilmente sobre os pobres , do que sobre os ricos , virão desta sorte a padecer mais os pobres , em razão dos juros extorquidos pelos usurarios , ainda que sejam conformes ao limite da Lei.

Responde-se , que pela mesma razão
 succederá o contrario. O auxilio dos
 pobres só póde ser bem collocado no
 Tribunal , onde se julgão as conscien-
 cias , no qual devem ser condemnados
 os ricos , como já se disse , pela du-
 reza de levar juro ao indigente , quan-
 do o devem soccorrer com emprestimo
 gratuito. No Foro Civil não póde constar
 bem a possibilidade de hum , nem
 a pobreza do outro. Como não com-
 pete ás Leis temporaes de fazer distin-
 ção do devedor pobre , ou rico ; o que
 agora succede he , não só pezar o ri-
 gor sobre os pobres , mas tambem
 pender mais facilmente a indulgencia
 x para os ricos , rebugada da vulgar des-
 confiança da ufura. Se as Leis ordena-
 sem com maior generalidade , e com
 maior vigor o vencimento do juro ,
 não peioraria a condição dos pobres ,
 porque pouco , ou nada peor póde
 ser ; e não haveria tão facilmente os
 pretextos que agora ha para aliviar os
 ricos de pagarem os juros que deve-
 sem.

fem. Além do que , se os pobres não tem meios para pagar o principal , não padecerão mais em serem obrigados também aos juros , que ainda menos podem satisfazer. Faça-se esta reflexão : No foro interno he tão injusto molestar com demandas , e com prizão a hum devedor pelo principal , como pelos juros , quando se reconhece que elle he pobre , e impossibilitado de pagar ; mas nem por isso deixa de se proceder correntemente no Auditorio Civil contra o devedor indigente pelo principal emprestado gratuitamente , em quanto por huma vergonhosa cessão de bens elle não faz constar juridicamente a sua impossibilidade , do que resulta o mal inevitavel de estarem sempre as prizões cheias de devedores miseraveis. Pois se já pelo principal he indispensavel este duro procedimento , pouco se augmentará o damno , com que o rigor aconteça também pelos juros accrescidos. O que envolve muito peiores consequencias , he deixar de atalhar as ve-

xações com que os poderosos , e os trapaceiros fazem crescer tanto o numero dos pobres , com que poderosamente causão a pobreza. He innegavel que o modo mais geral , e mais facil com que elles exercitão impunemente essa vexação , he não pagando o que devem , ou não o satisfazendo , se não depois de haverem causado hum irremediavel prejuizo com a demora. Ora o freio mais vigoroso para os conter , fora de augmentar com os juros indispensaveis as dividas dos máos pagadores ; porque o grande incommodo de huns , e a ruina de outros faria a todos mais sensível a grande necessidade de viver regradamente , governando com alguma prudencia os seus interesses ; e faria que muitos dos desordenados poderosos , e dos mal regradados commerciantes se restringissem nos seus gastos aos limites da sua respectiva possibilidade. Com esta reflexão se responde tambem a outro inconveniente , que se póde figurar da ruina da

No-

Nobreza, se se multiplicassem os juro
das suas dividas. He certo que a con-
servação das casas dos Fidalgos he de
grande importancia n'uma Monar-
quia, pois que ellas constituem huma
parte do vigor da sua constituição;
porém o modo de as conservar, ou de
as restaurar do estado decadente, em
que as mais dellas se achão, não he
facilitar aos seus administradores os
meios de as poderem sem estorvo des-
truir a seu arbitrio, causando ao mes-
mo passo a ruina de muitos particula-
res, como se vê acontecer. Chegão
alguns Fidalgos a prezar-se de não sa-
berem governar as suas casas; e não
poucos tem por grandeza o desgover-
no, imaginando talvez de se acharem
em tão alta esfera, que assim como os
Espíritos Angelicos, elles não estão
sujeitos ás urgencias da vida humana.
Que damnos não resultão ao Estado
da inconsideração que ha nesta materia?
Não he o menor a desagradavel alter-
nativa que continuamente se offerece

á determinação do Governo Soberano : ou de despender a substancia do Reino com mercês interminaveis aos Fidalgos da Corte ; ou de deixar arruinar , e extinguir as suas casas mais bem , do que faltar com as necessarias providencias para o sustento de milhões de Vassallos.

Além dos remedios directamente proprios para curar este grande mal, parece que seria tambem opportuna a providencia indirecta de sujeitar qualquer devedor a pagar o juro da Lei por todo o tempo que demorasse o pagamento ao seu crédor. Desta rigorosa justiça estabelecida em geral não seria facil aos poderosos de se izentarem, com ella se atalharia a vexação dos necessitados : os judiciosos administradores das casas grandes não estarião de peor partido , quando a necessidade os obrigasse a contrahir empenhos, porque os celebrarião com regradas condições , e com reciproca justiça, como agora o fazem ; e os pouco avi-

fa-

fados ou se conterião pela experiencia da sua mais accelerada ruina, ou a evidencia dos damnos, que esta causasse a huns, faria apartar aos outros do precipicio. Mas ainda que dahi não resultasse este ultimo proveito, sempre fôr menor mal deixar que hum louco dê com a cabeça pelas paredes, do que ajudallo a quebrar os braços a quantos encontrar.

Quanto aos damnos que se pôde considerar acontecerião aos particulares pela determinação geral do juro em todas as demoras de pagamento, por mais que se extenda o discurso aos casos especificos que podem lembrar, não se acha que esses damnos se verifiquem de mais da Nobreza, e dos necessitados já referidos, senão com os particulares totalmente desgovernados; e a esses claro está que são applicaveis com muito maior motivo as razões que ficão expostas a respeito dos Fidalgos pouco avisados. O juro do dinheiro ou he naturalmente devido, ou de si he in-

injusto : neste caso a ninguem se deve sujeitar a pagallo : se he devido , como entendemos , não ha verdadeiro inconveniente de obrigar á sua satisfação , senão a quem toma o dinheiro pela necessidade do seu sustento ; mas esta violencia não se póde bem conhecer no foro externo , e aos Ministros da Religião he que toça usar de hum constante rigor para a evitar.

C A P I T U L O IX.

O Juro da Lei raras vezes he sufficiente para compensar os perjuizos que resultão da demora do pagamento.

DAr dinheiro a juro suppõe hum negocio vantajoso para quem vende o seu uso fructo ; ou quando menos he de crer que não acha outro modo de o negociar com maior utilidade. Contar o juro pela demora do pagamento promettido em tempo determinado, he interesse diverso , e quasi sempre

Juro legal insufficiente?
pre devido ainda com maior justiça, que o do dinheiro expressamente emprestado por interesse ; porque communmente este dinheiro dado a juro he cabedal dos mais abastados ; e o outro retido ou he dos que menos tem , e mais o necessitam , ou daquelles , que se propõem de tirar do seu dinheiro maior fruto , e assim contra a vontade de huns , e outros he demorada a sua restituição pelo devedor.

demora
Do dinheiro de que se demora o pagamento aos negociantes não pôde haver dúvida em que o juro da Lei lhes não chega a compensar o lucro cessante , especialmente neste Reino , em que o preço legal do juro , na actual circumstancia da impontualidade seguida por costume , a qual faz ter o dinheiro escondido , e inutil , não pôde deixar de ser menor que o preço natural , como fica dito. Além do que , o negociante para não deteriorar o seu capital , deve computar no preço por que vende , as despezas que faz com

*determinação
e. preço
das causas*

o seu negocio , a recompensa do seu trabalho , e demais a mais o juro do desembolso pelo tempo que fia ; pois que se assim o não fizer , em poucos annos verá consumido o mesmo capital , e ficará destituido de meios para continuar na sua profissão. Pelo que , se a demora excede ao preço estipulado para o pagamento , em todo o tempo excedente elle he impossibilitado de fazer com o seu dinheiro hum novo negocio , em que recupere as despesas que não parão. O juro da Lei , que não foi computado senão pela demora cogitada , está bem que continue a correr pela não prevista ; mas ainda assim cessa o premio do trabalho pela falta de cabedal para continuar o officio ; e as despesas prevenidas para o negocio , como salario de caixeiros , alugueres de armazens , e de maiores casas , nessa prolongação da demora , redundão em perda para o crédor. A prova deste cálculo he , que não ha algum negociante , que deixe

Prejuizo da demora

voluntariamente de cobrar do seu devedor no tempo estipulado, ainda que o considere de toda a segurança, e que prefira esperar mais para lucrar o juro da maior demora.

Poderá dizer-se, que os commerciantes vendem aos impontuaes, e trapaceiros por preços exorbitantes, nos quaes contão muito maior lucro do que assim se figura. Responde-se, que vendem mais caro aos máos pagadores, á proporção do muito maior risco que correm; e para se conhecer que nisso não fazem bom negocio, basta saber que os mercadores prudentes recusão commummente essa qualidade de vendas: que a experiencia diaria confirma o desacerto dos que as fazem com franqueza, pois que de vinte apenas se sustenta hum: que ainda daquelles mesmos, que assim fião com tanto risco, nenhum deixa de abraçar promptamente as occasiões que se lhe offercem de vender com menor risco, e menor ganho numeral: e que a verda-

Ex. do
commerciantes

deira utilidade do commerciante consiste em cobrar com brevidade , por pouco que ganhe. Além de que , seja ou não pontual o que compra fiado , se elle achar quem lhe venda por menos , não ha de comprar a quem lhe pede mais.

O mesmo que se tem discorrido a respeito dos negociantes por officio , se verifica nos que vendem os frutos das suas fazendas , e do seu trabalho. ; Quem não vê que a demora do pagamento desses frutos causa maior prejuizo , do que póde importar o seu juro , principalmente se a demora he tal , que chegue ao anno seguinte , em que os frutos costumão reproduzir-se ? Supponhamos dez moios de trigo , que vendidos a cruzado o alqueire , importão em 240 mil reis : o juro desta quantia por hum anno são 12 mil reis. ; Podem estes compensar a falta de dous moios para o gasto de casa ; de tres moios vendidos para ter com que fabricar a terra ; e do producto de outros

tros finco moios semeados? Certamente
 que não. Fação-se quaesquer cálculos
 que se puderem imaginar, por elles se
 achará que convem mais ao lavrador
 de cobrar promptamente o valor dos
 generos que recolhe , do que receber
 o juro pela demora do seu pagamento.
 Que diremos dos officiaes na falta da
 satisfação do preço das suas obras , ou
 dos seus jornaes ? Demos que ao cor-
 rieiro se encommendou huma carrua-
 gem , que importou em 50 moedas:
 destas pertencem 40 a quem lhe fiou o
 couro ; ao carpinteiro que fez a caixa ;
 ao pintor ; ao dourador , e a outros :
 as 10 moedas restantes são o preço do
 seu trabalho , e os jornaes dos seus
 officiaes. Demora-se-lhe o pagamento
 por tempo de hum anno. O juro total
 das 50 moedas são duas moedas e
 meia , das quaes tocão duas aos que
 vendêrão os materiaes , e aos que fize-
 rão as obras dos outros officios , e a
 meia moeda pertence ao corrieiro :
 Será bastante este juro para compen-
 sar ,

far , affim a elle , como aos seus officiaes , o que lhes hão de ter custado mais caros os mantimentos comprados fiados , do que se os houvessem comprado a dinheiro de contado com as dez moedas ? Póde-se affirmar que a differença de preço a preço ha de ter sido de mais duas , ou tres moedas , quando não recebem outra compensação que a de meia moeda. O mesmo ha de acontecer , á proporção , aos outros officiaes , que trabalharão para completar a carruagem.

A qualquer officio , arte , ou occupação a que se extenda o discurso , se achará applicavel a proposição de que o juro da Lei , fallando geralmente , não compensa o prejuizo que resulta da demora do pagamento ; e isto he tanto mais certo , quanto a demora he mais prolongada , além do tempo que o crédor entendeo de esperar quando fiou ; principalmente quando não entendeo de fiar , e se lhe falta com a prompta satisfação que esperava ,

va, que he o que mais frequentemente acontece aos officiaes.

Com tudo isto, não se pertende fazer licito maior juro, que o permitido pela Lei; porque das acções em que os homens faltão ao que devem, não he possível avaliar ajustadamente, em cada caso particular, o damno que com essa falta causão a outrem; e sempre se reputa ao devedor com tal, ou qual razão para não ser tratado no Mundo com o ultimo rigor. Assim elle deixasse tambem de o ser naquelle ultimo, e temeroso dia, em que nada se ha de poder occultar á universal Justiça! Mas, ao que parece, tem-se dito o que basta para provar que, ao menos o juro da Lei, se deve conforme á equidade natural, attribuir pela demora que houver em qualquer pagamento, além da vontade do crédor.

CAPITULO X.

Regulação Legal do preço do juro do dinheiro.

A Ssim como he muito importante que a Igreja Catholica determine de huma vez positivamente o que se deve crer a respeito da legitimidade do juro do dinheiro ; he igualmente conveniente que o Governo Temporal regule com Leis claras , e terminantes o modo , por que deve ser julgado esse juro , o qual se entende que não convem seja igual para todos os casos em que a sua natureza , e a necessidade dos negocios o fazem licito , e indispensavel.

Os casos a que he adaptavel o juro do dinheiro , são entre si diversos ; porque huma cousa he dar dinheiro a juro com hypotheca especial , e outra he confiallo sómente da boa fé de quem o recebe. As hypothecas ou são de huma moral segurança , ou pela sua qua-

14/10/1872
e outros

qualidade são sujeitas a deteriorarem-se, e extinguirem-se facilmente. Também o juro, que se conta pela demora do pagamento, tem sua differença daquelle que se estipula pelo dinheiro tomado determinadamente por negocio. Nestes termos requiere a justiça que o preço do juro seja o mais proporcionado que for possível em huma determinação geral ás differentes circumstancias, em que elle houver de se contar, para assim se poder verificar a igualdade entre quem o dá, e quem o recebe; pois que quanto melhor se ajustarem os interesses de ambas as partes, tanto mais facilmente se evitarão as usuras palliadas.

No commercio deste Reino se acha estabelecido por estylo geralmente praticado o juro de meio por cento ao mez, que vem a ser seis por cento ao anno, pela demora dos pagamentos de hum a outro commerciante, e pelos rebates de letras de cambio, acceitas por negociantes de inteiro credito. Es-

ta pratica convem que seja formalmente authorizada pela Lei , para evitar as dúvidas que por falta della succedem acontecer. Demais a mais se entende , que devêra facultar-se o mesmo juro de seis por cento entre toda a qualidade de pessoas , sejam , ou não sejam commerciantes , nas demoras dos pagamentos , além da vontade do crêdor ; e tambem nos dinheiros dados , e tomados expressamente a razão de juro , quando não intervierem penhores , ou hypothecas especiaes.

Em todos os contratos de dinheiro dado a juro com hypotheca especial de mercadorias , ou outros quaesquer bens móveis , seria conveniente limitar-se o juro a cinco por cento , assim entre os commerciantes , como entre os que o não forem. Nos rebates de obrigações de dividas particulares , ou públicas , em que fica a boa , ou má cobrança ao risco de quem dá o dinheiro , não devêra haver limite no preço do rebate , senão ficar este á aven-

avença das partes , á excepção dos escriptos das Alfandegas , cujo rebate não deve ser outro , senão o desconto do juro pelo tempo que falta para o seu vencimento a razão de quatro por cento ao anno , pelo motivo que se vai a declarar a respeito das hypothecas mais seguras. Quando porém o crédor tiver a segurança de huma hypotheca especial tão solida , qual he a dos bens immóveis ; como o Padrão de Juro Real , a herdade , a terra cultivada , a quinta , o olival , o pinhal , ou outro predio rustico ; o edificio , ou o foro imposto em qualquer chão ; nesses casos o juro não devêra permittir-se a mais de quatro por cento. Para se reconhecer que este juro he não só bem proporcionado , mas ainda vantajoso a quem dá o dinheiro no estado presente dos negocios neste Reino , basta advertir-se , que varias Communidades Religiosas achão dinheiro a tres , e a dous e meio por cento sobre o seu credito , e sem hypotheca especial dos seus bens :

Padrões
de
 bens : e que das pessoas , que não exercitão o commercio , e tem dinheiro para empregar , não haverá alguma , que não abrace promptamente o partido de acceitar Padrões de Juro Real aos quatro por cento. Ainda he de crer , que tambem alguns os tomarião a tres por cento pelo credito que lhes tem adquirido o seu pontual pagamento.

Sendo tal qual se entende que he actualmente o preço natural do juro do dinheiro , com aquella hypotheca que constitue a maior segurança que pôde haver , parece que nenhum inconveniente encontraria a Determinação do Soberano , que tivesse por bem de diminuir a quatro os Juros Reaes , que se achão constituidos a cinco por cento ; porque a obrigação do contrato celebrado a este preço pôde cessar todas as vezes que houver modo de se offerecer a alternativa da diminuição do juro , ou do distrate com o pagamento : e como não ha necessidade de
 que

que este seja feito de hum golpe por todos os Juros Reaes, senão á medida que houver quem queira dar o dinheiro a quatro por cento, parece indubitavel que em poucos annos ou haverá novos compradores dos Padrões a esse juro, ou os antigos possuidores delles concorrerão para a diminuição do seu preço.

Porém o objecto mais importante para a applicação do juro não he tanto o dos dinheiros expressamente tomados pela Fazenda Real, quanto o das suas dividas assim activas, como passivas. A Fazenda Real foi distinctamente a do Soberano só em quanto o Governo Politico se regulou pelo systema feudal; mas depois que á luz da boa razão se tem advertido, que os interesses do Monarca não são outros que os do Estado em commum, já não póde duvidar-se de que a Fazenda Real, e o Erario público são huma mesma cousa; e todas as Disposições do Governo deste Reino assim o certificação.

ficão. Em taes termos , assim a falta da cobrança das Rendas Reaes , como a do pagamento das suas despesas , redundão em prejuizo do Estado ; e a tolerancia , ou inattenção deffes prejuizos nem forão proprios da clemencia do Soberano , nem podem ser conformes á sua justiça. Sim he ás vezes conveniente o demorar-se a cobrança das rendas , e ainda o perdoar parte dellas pelo motivo de não as diminuir para o futuro , precipitando a execução do seu pagamento ; mas em regra geral , isto só se póde verificar a respeito dos devedores de huma qualidade de Direitos , ou dos collectados para alguma contribuição neste , ou naquelle especial territorio. Porém não ha razão justificada que apadrinhe o deixar que hum particular se utilize com a retenção do cabedal público. As razões que costumão expender-se neste caso , são : a clemencia do Soberano ; não perder hum vassallo ; ter elle pago muitos Direitos á Fazenda Real , e
ou-

*juro da
demora*

outras semelhantes. ; Mas estes argumentos, que outra cousa são senão pretextos especiosos, com os quaes a cubiga, ou a vaidade do valimento pretendem favorecer a hum com o prejuizo de muitos ? Fora pois da maior utilidade do Estado, que todo o Thesoureiro, ou Depositario, que retivesse o dinheiro, além do tempo em que he obrigado a entregallo nos cofres geraes ; assim como o Rendeiro, ou Contratador, que não pagasse o que deve nos prazos estipulados, fossem huns, e outros obrigados por huma geral disposição a satisfazer o juro da demora. Bem assim como a Fazenda Real devêra entender-se obrigada a contar tambem o juro do que deixasse de pagar nos tempos a que se constitue devedora, do que (exceptuando alguma urgencia extraordinaria, que se pudêra limitar) não se deve recear verdadeiro damno, huma vez que não se deixe de cobrar o mesmo interesse de quem o dever. O preço deste juro
pa-

parece que nas presentes circumstancias fora bem regulado a razão de quatro por cento; e todos os inconvenientes que possão lembrar, assim a respeito das dividas passivas, como das activas, se resolverão em fumo, no caso de chegar ao ponto de se estabelecer a boa ordem na geral administração da Fazenda Real. Que este estabelecimento seja de sua natureza não só possível, mas também muito facil de pôr em pratica, a razão o persuade: que assás o difficile a falta de hum claro, e geral conhecimento desta materia, ou ainda a grande influencia dos interesses particulares, isso he bem de presumir, e não menos de lastimar.

O primeiro, e mais poderoso obstaculo a este projecto, e em que muitas vezes no dia tropeçamos a respeito de outros, he o costume contrario, pelo qual sem muita habilidade he facil de fazer suspeitosa qualquer novidade. Já sahe a campo em tropel hum esquadrão de razões vagas; já se
ou-

ouve dizer : Com o methodo que até agora seguimos nos temos achado bem ; não sabemos o que succederá com a mudança ; o caminho trilhado he sempre o mais seguro ; o que se nos propõe he arbitrio tirado de algum livrinho estrangeiro ; os libertinos Basta , basta , não tratemos mais desta materia. Mas repare-se , que o horror da novidade nos objectos Politicos ou he cego , e destituido de raciocinio , ou se procede de algum discurso , não pôde ser senão deste : o uso da razão he muito incerto : mais vale imitar os animaes brutos : qualquer delles não faz outra cousa , senão o que está acostumado a fazer : nós os homens devemos praticar o mesmo para proceder mais seguros. ; Que tal he esta logica do costume ? Na verdade ella he tão commoda , que o seu estudo a ninguem ha de causar dores de cabeça ; mas tambem o proveito não he para se invejar.

CAPITULO XI.

Não convem ao Estado, nem aos particulares as constituições de juros permanentes.

SE o juro do dinheiro se considera licito por ser hum fruto accessorio do principal, ou huma justa compensação do lucro cessante, e do perigo de perder o que se empresta; o caso parece bem differente, quando se trata de approvar sem limitação a grande permanencia do juro, ou a sua constituição de algum modo perpetua. O dinheiro sim he huma mercadoria de maior duração que outras muitas; mas não deixa de ser consumivel como o são todas. Demais a mais, elle se póde considerar fysicamente esteril. Esta qualidade he a que induzio a muitos a entenderem, em conceito Filosofico, que he naturalmente illicito o seu avanço. Mas como pelo motivo de servir, por huma geral convenção entre

os

*Dinheiro
é capitalante
de longo ou
semeado*

os homens , de equivalente de todos os generos commerciaveis ; se o dinheiro fysicamente he infructifero , tambem he necessario confessar que , virtualmente , elle vem a ser productivo : por essa razão he que se entende que o seu juro he naturalmente licito ; não sendo possivel , por outro modo , de observar a justiça na devida attribuição do meu , e do teu.

Porém a qualidade moralmente fructifera do dinheiro não se póde razoavelmente estender ao ponto de o constituir , ainda nesse sentido , mais permanente , do que o são as outras cousas venaes ; nem ainda tanto quanto se devem considerar os bens de raiz mais duraveis. Bem póde o valor de todos elles ser substituido , e representado pelo dinheiro por huma tacita , e geral convenção , o que faz ser o dinheiro virtualmente fructifero ; mas fora abusar desta ficção politica (aliás muito util para fazer girar o dinheiro no commercio , quando ella se restrin-

ge

*na
permanente*

ge em hum justo limite) o chegar a amplialla , tanto que se fizesse permanente.

Vantagem do juro
Em primeiro lugar , he geralmente util o juro do dinheiro para indemnizar dos damnos que resultão das demoras dos pagamentos: em segundo lugar , he conveniente , para que não fique o dinheiro inutil no poder daquelles , a quem falta a intelligencia necessaria para o empregar de modo que possão delle tirar avanço no commercio : em terceiro lugar , o juro he muito proveitoso á sociedade Civil , quando se acode com o dinheiro para as urgencias do Estado , o qual em muitas occasiões não poderia sem esse prompto soccorro defender-se dos seus inimigos , ou estabelecer motivos de utilidade para o futuro. Porém qual-quer destas tres vantagens suppõe hum beneficio transitorio ; porque quanto á primeira da compensação dos damnos na demora do pagamento , fica já demonstrado que convem mais ao crédor

a prompta solução da divida , do que a continuação do juro ; e não póde entrar em dúvida , que ainda mais convem ao devedor exonerar-se desse perjuizo. Quanto a dar dinheiro a juro aos que tem intelligencia para o fazer lucrar , tambem este exercicio he naturalmente pouco duravel ; porque o que o toma ou ganha com elle , e não necessita da sua continuação , de sorte que he necessario procurar hum novo industriofo que o faça valer , ou não consegue aproveitallo , e o faz diminuir , e até perder. Pelo que toca ao que se dá a juro ao Estado , he certo que em varias circumstancias se póde considerar de grande utilidade para o crédor a sua perpetuidade ; mas outro tanto nociva he ao devedor a sua continuação ; e o negocio que não he sempre de reciproca utilidade , não póde , nem deve permanecer muito tempo.

A acção de tomar dinheiro a juro he geralmente movida por tal , ou qual necessidade ; e esta ou he absoluta , ou eco-

*Necessidade de
absoluta
economica*

economica. A necessidade absoluta não póde ser outra que a de sustentar a vida ; e nesse caso a mais leve suspeita que tenha dessa urgencia , aquelle que presta o dinheiro , faz que seja illicito , e contrario ao moral Christão , pertender elle juro de quem o não póde pagar , senão consumindo os poucos bens que lhe restão na sua pobreza. Pela necessidade economica se entende a de aproveitar , ou reparar as propriedades , para que possão dar o seu competente rendimento ; a de pôr em exercicio a arte , a habilidade , ou a industria para tirár dellas lucro , concorrendo o emprego do dinheiro : a de fazer obras , ou despesas uteis ao público , ou ao particular , as quaes depois hão de produzir lucro superabundante ao juro que se paga , e ao mesmo capital que se ha de satisfazer. Finalmente , a de defender o Estado das invasões do inimigo , ou proseguir justas conquistas , em cujas diligencias ou se acode ao remedio de hum grande mal ; ou se pro-
cu-

cura hum importante beneficio. Em qualquer destes , e de outros casos semelhantes da necessidade que chamamos economica , já se vê que o juro he licito , pois que de prompto , he igualmente util para quem o recebe , e para quem o paga. Porém seja qual for o motivo , que obriga a tomar o dinheiro a juro , e ainda que se reconheça licita a percepção deste avanço , sempre ao que o paga convem que dure quanto menos for possível a necessidade que o obrigou a soffrer esse prejuizo , ou digamos melhor , essa diminuição de utilidade.

Pelo que toca ao que dá o dinheiro a juro , seguramente se póde affirmar que em geral tão pouco lhe he conveniente a continuação desse negocio. Primeiramente , he prova de indolencia não saber diligenciar outro lucro , que o do juro do seu dinheiro , cujo fruto he , e convem ao Estado que seja o mais moderado que couber no possível. Depois disso , este he o modo

K

mais

mais perigoso de empregar o dinheiro. ; Que importa que as propriedades não dem maior avanço que o de dous, ou tres por cento , se estes são moralmente seguros; e os cinco, ou seis por cento do juro são tão contingentes, que o seu menor inconveniente he o da difficuldade de repetição do emprego pela falta de bons devedores; consistindo o maior perigo na incerteza da segurança , a qual muitas vezes se não verifica , ainda naquelles, que se escolherão por mais abonados ? Dirão que nos Juros Reaes ha essa moral segurança ; mas fallando geralmente , a ninguém convem que elles sejam muito continuados. Esse he hum mal público , que hum dia , ou outro ha de , ou deve acabar ; e não he conforme a prudencia contar como permanente a constituição de huma renda , fundada no perjuizo do Estado. Igualmente os juros particulares , com hypothecas de bens de raiz , ainda que a poder de cautelas se presume serem bastantemen-
te

te seguros , com tudo prova a experiencia , melhor que os discursos , quão sujeitas são a falhar as maiores precauções que se podem tomar para a firmeza desses contratos.

Com estas considerações parece-se faz evidente que o juro do dinheiro he de sua natureza huma cousa transitória , e não duravel. Demais a mais se deve reconhecer que ao interesse público convem que assim seja ; porque o natural , e mais util emprego no Estado Politico he o trabalho. O officio de dar dinheiro a juro , e viver sómente dos seus redditos , he totalmente ocioso ; e por esse motivo as dividas do Estado , que não podem deixar de vencer juro , são as que ha maior necessidade de extinguir com a brevidade possível : só a impossibilidade absoluta do seu pagamento póde em boa Politica desculpar da sua continuação ; não sómente pela ociosidade que causão em muitos crédores , como tambem pelo que pézão na Republica com os

Contra a perpetuidade dos juros

prolongados tributos para a satisfação dos juros. Dahi vem que hoje , nos mais dos Estados , se procura de não contrahir dividas públicas , senão de tal modo , que além do juro , cobre o crédor annualmente alguma cousa por conta do seu capital , para que assim venhão as dividas a extinguir-se por si mesmas , ainda a troco de hum maior juro , ou de outros inconvenientes , que por hum justo cálculo economico se reconhece serem menores que o da perpetuidade do juro.

Nem se diga , para apadrinhar a ociosidade dos que vivem sómente dos juros do seu cabedal , que em alguns Reinos da Europa , cujas dividas são crescidissimas , ha infinitas pessoas , que não tem outras rendas , nem outro officio que o da cobrança dos Juros Reaes ; e que ainda assim são esses Reinos os mais florentes. Quem assim discorrer , não advertirá que a geral opulencia daquelles Estados lhe vem dos muitos objectos de lucro , que nel-

*Considerações
Preliminares*

nelles tem os vassallos pelo exercicio da agricultura , das artes , e do commercio ; de forte que , não obstante a traça destruidora dos multiplicados tributos para a satisfação dos juroes , e as nocivas consequencias que resultão da ociosidade de parte da Nação que delles se sustenta , não deixa cada hum desses Estados em geral de ser rico em comparação dos mais. Mas ninguem poderá razoavelmente negar que muito mais rico seria em substancia se com os mesmos objectos de utilidade , que tem sabido estabelecer , se achasse izento daquelles damnos que lhe não tem sido possível de evitar.

Devemos pois reconhecer , em consequencia das considerações , que se tem expellido neste discurso , que o juro do dinheiro bem entendido he inteiramente opposto á usura : que he substancialmente a balança da justiça , e da boa ordem nos negocios de interesse , assim a respeito dos particulares , como do Estado em commum ;
po-

porém que o uso do juro não se deve considerar como objecto permanente do commercio, senão como hum incentivo transitorio para procurar o maior giro do dinheiro em beneficio da agricultura, das artes, da navegação, e do commercio. Pelo contrario, que a desconfiança que existe da legitimidade do juro, equivocando-o com a usura, he a causa radical de infinitas injustiças, e desordens, assim no Moral, como na Politica.

C A P I T U L O XII.

Reflexões geraes.

NÃO obstante o que se tem discorrido a favor da natural legitimidade do juro do dinheiro, não deixará de parecer a muitas pessoas que na balança da razão faz hum grande pezo em contrario, e pessimo conceito que tem formado a maior parte dos Escritores deste modo de fazer lucrar

o dinheiro, inclinando-se sempre a chammallo rigorosamente ufura. Sendo mais de notar, que este horror geral do juro he de todos os tempos, de todas as Nações, e dos homens mais alumia-dos, assim pela verdadeira Religião, como pelos estudos das Sciencias humanas. Porém cavando, e profundando mais nesta dura superficie, talvez que se chegue a descubrir a raiz daquelle continuado, e odioso conceito, e se reconheça que elle póde não ser mais do que huma preocupação destituida de solido fundamento, aliás bem desculpavel, como deduzida de tão virtuoso principio, qual he o amor da justiça, que se acha naturalmente impresso no coração do homem.

Hum dos maiores incentivos para o abuso das cousas licitas he o interesse; e este em nenhuma outra acção humana tem tanto exercicio, quanto nas do commercio. Os homens forão, e serão sempre infelizmente inclinados a abusar do desejo do lucro; e he evid-

dente que elles , mais , ou menos , se atrevem a praticar effe abuso , á proporção da maior , ou menor resistencia que achão naquelles com os quaes negoceão. Pelas noticias que se alcanção da Historia geral do mundo , o commercio foi em todos os tempos , até ha poucos seculos , huma arte confusa ; igualmente destituida de principios ajustados , e convenientes a cada hum dos Cidadãos , que dê regras conducentes ao seu fim na sociedade civil. O que d'elle sabião os que o exercitavão , não era mais do que procurar o maior lucro possível , sem methodo , nem discernimento , dos meios justos , e decentes para o conseguir : pelo que nesta diligencia rarissimas vezes deixavão elles de se aproveitar maliciosamente da falta de conhecimento dos negocios , que havia em todos que não erão negociantes de profissão. Desta sorte , ao officio do commercio erão inherentes a fraude , e o engano ; e por consequencia era este emprego justamente des-

*Commercio
via fraude
e engano*

desprezado , erão odiosos os que o exercitavão. Se isto succedeo ao commercio na serie de muitos seculos , por não o chegarem a conhecer bem , nem os que governavão os povos , nem os que erão governados , nem ainda os proprios commerciantes ; como era possivel que não acontecesse o mesmo , ou peor , ao lucro do negocio particular do dinheiro ; sendo este hum ramo da grande arvore do commercio ; e sendo a natureza do dinheiro huma materia ainda mais abstracta que a arte mercantil ? Erão poucos os commerciantes , e era ainda menor o numero dos que davão dinheiro a ganho : a ignorancia , o desprezo , e até as mesmas Leis concorrião igualmente para os atenuar ; e cuidando de evitar o mal , tanto mais se augmentava. A falta de competencia nos que possuião o dinheiro , e a geral inadvertencia dos que o necessitavão , facilitavão no commercio as fraudes , e as ufuras nos emprestimos. As Nações , onde particular-

larmente floreceo o commercio , sim consta que estimarão aos commerciantes ; e por isso he de crer que ellas negociarião interiormente com alguma lizura. Mas como o seu negocio exterior era sempre exercitado com outros póvos , que do commercio tinham huma falta total de conhecimento , defsa falta se aproveitavão os que então melhor o conhecião , para negociar com engano , e emprestar com exorbitantes usuras. Dahi vem que todas as outras Nações , assim como os homens então mais sabios , se conformarão em fazer do commercio , e do negocio do dinheiro hum pessimo conceito.

Hebreos
Os Hebreos , no largo tempo em que constituirão hum Estado Politico , não chegarão a fazer progressos na arte mercantil. Forão sempre desprezados os seus commerciantes , e forão enormes as suas usuras ; pois que por muitos tempos correo entre elles o avanço do trigo emprestado a razão de cincoenta por cento , e era ainda maior o do

do dinheiro. Dos Tyrios, e depois delles dos Carthaginezes, Nações famosas pelo commercio, se sabe que dos seus negocios com as outras, tiravão extraordinarios lucros por meio das maiores fraudes. O mesmo praticarão os Gregos nas suas Republicas, que se applicarão ao commercio; e forão igualmente mal reputados das outras Nações pelas usuras que praticavão, e pelos seus enganos. Os Romanos, que fundarão, e proseguirão constantemente o seu formidavel poder no systema Militar, e nas conquistas, não fizeram alguma estimação dos artifices, nem dos commerciantes, os quaes não erão outros que os seus escravos, e quando mais os libertos. Entre elles forão crescidas as usuras; e não obstante ser esta Nação tão civilizada, e chegar a concentrar em Roma grande parte do ouro, que achou na Asia, e tirava da Hespanha; com tudo, o juro de hum por cento ao mez foi o que as suas Leis tiveram pelo mais moderado. As Nações

ções septentrionaes , que subjugarão a
 toda a Europa , e destruirão a melhor
 parte da Africa , não fizeram caso de
 alguma outra profissão , depois da Ec-
 clesiastica , senão da Militar. Em todos
 os seculos chamados da ignorancia , foi
 desprezado o commercio , e forão exor-
 bitantes as usuras. As Republicas que
se estabelecêrão em Italia , depois de
extinctas as Monarquias dos Lombar-
dos , e dos Francos , assim como as Ci-
dades do Norte , que se fizeram livres
 pela fraqueza em que cahio o Imperio
 do Occidente , se dedicarão inteira-
 mente ao commercio , o qual teve en-
 tão huma consideravel extensão na Eu-
 ropa para os portos do Levante , pelas
 navegações que fuscitirão os transpor-
 tes dos numerosos exercitos das Cruze-
 das. Este movimento he o que princi-
 piou a dar algumas luzes para adian-
 tar a arte mercantil ; mas dellas se
 aproveitirão particularmente , fazendo-
 se poderosas em riquezas , as Cidades
 commerciantes , com o perjuizo das
 Na-

Nações que o não erão. Algumas Cidades de França , e especialmente Cahors , e Ruão , aprenderão dos Italianos , assim como muito antes Marselha havia trazido dos Gregos a inclinação ao commercio ; e imitarão a huns , e outros nas suas fraudes , e na extorsão das usuras.

Este dominante systema do commercio fraudulento , e das usuras intoleraveis em muitos seculos , fizeram geralmente odioso o avanço do dinheiro emprestado , e constituirão a profissão mercantil em hum bem merecido desprezo do commum das gentes. Os Judeos dispersos em todo o mundo conhecido , forão os agentes mais geraes , assim do commercio , como dos emprestimos interessados ; e sendo esta Nação , por mais alto motivo , universalmente aborrecida , ella concorreo não pouco a fazer ainda mais odiosos aos commerciantes , e aos usurarios.

Finalmente no seculo decimo sexto , depois das descobertas da navegação

ção ao Oriente pelo Oceano, e da America, principiou a mudar inteiramente o systema Politico do mundo. Pelas multiplicadas navegações se extendeo rapidamente o commercio ás terras mais remotas, e entre si mais distantes. Todas as producções da natureza, e os individuos de todos os povos se communicarão dahi em diante com a mesma facilidade que antes o podião fazer os de hum particular territorio. O commercio se fez milhares de vezes maior, do que por longos tempos havia sido. A grande experiencia foi aperfeiçãoando a sua arte até o ponto de conhecerem os Soberanos, que nelle devião estabelecer a base mais firme do seu poder, e da felicidade dos seus vassallos; porque pelo commercio he que verdadeiramente prosperão a Agricultura, e as Artes, as quaes sustentão, e multiplicão os homens, quando as conquistas não servem senão de os destruir. Além do que, só pelo commercio se adquire a riqueza pública, sem

commercio
1.000
legua

sem a qual os estabelecimentos mais necessários para a defeza do Estado; para a boa administração da justiça; para o melhoramento dos estudos; em huma palavra, para os objectos mais importantes, não passam de projectos a ter verdadeira execução, e sempre parão em palavras.

Esta notavel revolução, e as luzes da Politica, que em consequencia della se adquirirão, tem feito conhecer em menos de tres seculos o que nos sincoenta e sinco antecedentes, pelas circumstancias do estado Politico do mundo, se não podia advertir a respeito do commercio, e do juro do dinheiro. Não só os que governão os Estados, mas igualmente as outras classes de pessoas instruidas, tem conhecido melhor a natureza, e os effeitos do commercio; e até os mesmos homens de negocio sabem já que a sua mais solida utilidade consiste nos pequenos ganhos, muitas vezes repetidos, alcançados pelo industrioso trabalho;

pe-

35
100
+ 9
50

base
da
riqueza

pela frugalidade , e pelo exercicio da exacta probidade , a qual constitue o mais seguro cabedal do negociante. Os que sabem dirigir o leme do governo , procurão de conter , e animar aos commerciantes nesse util, e virtuoso systema ; fomentando a livre concorrência de todos elles ; para que a natural cubiça particular de cada hum não possa desbordar-se , causando o prejuizo dos que o não são.

Tambem depois de aperfeiçoada a arte do commercio , se tem conhecido a verdadeira natureza do dinheiro. Agora se entende bem , não só que o exercicio do commercio de si não he injusto , mas tambem que he licito o juro do dinheiro. Forão antes odiosos , e aborrecidos , em quanto os seus professores tratavão de hum , e outro por modos fraudulentos , e usurarios ; em quanto não forão reprimidos pelo geral conhecimento dos outros homens , e consequentemente pela vigilante providencia do Governo Soberano. Hoje são

*o commercio deu origem
da verdadeira natureza do
dinheiro*

são honrados os negociantes , e são authorizados os que dão dinheiro a juro ; em quanto qualquer delles pratica o seu negocio nos termos prescriptos pelas Leis , que o reconhecem util , e necessario á sociedade Civil.

Fora huma affectada ignorancia a de inculcar a boa consciencia dos commerciantes ; ou dizer que por particular virtude da sua profissão , elles observão melhor a justiça : são homens , nem mais , nem menos inclinados a perverter-se do que outros quaesquer homens. Mas hoje he contida essa sua inclinação com providencias mais bem combinadas , e por experiencias geraes mais advertidas , do que o puderão ser nos antigos tempos. Com tudo isso , não deixão de haver muitas fraudes no commercio , e muitas usuras no negocio particular de emprestar por interesse. ; Mas que he o que succede em todos os mais empregos ? Se pelas prevaricações de alguns , ou muitos dos seus professores , elles houvessem de

L

fer

ser condemnados, fora necessario, para que o Juiz não pudesse ser dado por suspeito, que do Ceo baixasse hum Anjo para os julgar.

*conceito
velho*
e
1770
He pois innegavel, que o ruim conceito que os homens mais sabios de todos os tempos antigos tem formado do avanço do dinheiro emprestado, pelo natural horror que causa a injustiça, foi fundado em que assim essa injustiça, como os damnos que della resultão, erão assas evidentes no modo por que naquelles tempos se praticavão os emprestimos por interesse. Mas tambem se deve reconhecer, que esses mesmos sabios, e virtuosos Escriitores, que então assim pensarão, formarião bem differente juizo, se estivessem nas circumstancias em que hoje nos achamos.

Pelo que toca aos Escriitores destes ultimos seculos, depois de excluir delles os que não passarão de fazer numero no povo da Republica Litteraria; ainda os outros, que se avalião
por

por graves Escriitores, se devem escolher , separando-os em duas classes : huma dos que lem muito , e pensão pouco ; de sorte que não dão passo , sem abordoar com o que outros tem pensado : e estes modernos já se vê que não sendo mais do que os écós dos antigos, ainda que mereção o credito de eruditos , não são os mais judiciosos , e ainda menos devem ser reputados por authores. A outra classe ha de ser composta daquelles, que dão exercicio ao entendimento , ainda mais do que á memoria : que fazem muito caso do que outros escrevêrão , para se instruirem , mas não para inculcar inutilmente que o sabem : que advertem , e combinão as diversas circumstancias dos tempos antigos, e dos modernos: que pezáo a authoridade da Religião , e não menos as razões da experimentada Politica , para reconhecer o caminho, que aquella verdadeiramente nos prescreve , e até onde estas nos podem alumiar : aquelles finalmente que sobre
es-

C 786
5725d

73-135
4 Dec. 12
R.R.G. net

(164)

estes solidos fundamentos podem , na materia de que tratamos , formar hum parecer mais seguro , e conforme á razão. A primeira classe se ha de achar incomparavelmente mais numerosa , mas não constituirá senão hum exercito de reformados , os quaes para o caso presente não tem já grande vigor. A segunda classe terá menos combatentes , mas formará huma tropa escolhida , exercitada em disciplina mais exacta , á qual de dia em dia se vão aggregando novas reclutas. Esta he a que deve ser attendida para authorizar a decisão da contenda em que estamos , a respeito da legitimidade do juro do dinheiro ; e parece que ha justos motivos para requerer , que os pareceres da outra classe não sejam attendidos.

F I M.



33

